L E I Nº 1.834, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Para fazer face as despesas decorrentes do cumprimento do Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e o Ministério da Previdência Social - MPAS, conforme Lei Municipal nº 1.584, de 08 de março de 1988, fica autorizado a abertura no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito especial da ordem de NCZ$ 100.000,00 (CEM MIL CRUZADOS NOVOS), assim classificado:

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03462230.00 - Educação Física.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....NCZ$ 30.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....NCZ$ 10.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....NCZ$ 10.000,00

3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais.....NCZ$ 6.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....NCZ$ 14.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....NCZ$ 30.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido no artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.835, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

"Acrescenta o artigo 3ºA a Lei Municipal nº 1.822, de 1º de dezembro de 1989."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - A Lei Municipal nº 1.822, de 1º de dezembro de 1989, fica acrescida do seguinte dispositivo:

"ARTIGO 3ºA - Para os débitos já ajuizados ou parcelados junto ao Setor competente da Administração Municipal, antes da vigência desta lei, prevalecerá para os devidos cálculos o BTN/mês, sendo os mesmos acrescidos das sanções já previstas em leis anteriores."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 1989.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.836, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

"Dá nova redação ao artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.777, de 14 de setembro de 1989."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.777, de 14 de setembro de 1989, alterado pela Lei Municipal nº 1.830, de 28 de dezembro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - Quando efetivado o montante da Taxa a ser paga pelo contribuinte, nos moldes desta lei, deverá o resultado ser dividido pela unidade fiscal vigente, BTN - Bônus do Tesouro Nacional, ou outra em vigor na época, ou seja a 1º de dezembro do ano anterior a que se referir o lançamento, com pagamento em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, com o valor do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, vigente no dia 1º dos meses que forem devidas."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.837, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de NCZ$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL CRUZADOS NOVOS), destinado ao custeio das despesas com equipamentos e materiais necessários para o fechamento de pátio na EEPSG. "Manuel Cabral", para criação de uma sala de aula onde funcionará o pré-escolar, assim classificado:

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU-ER
08421880.00 - Ensino Regular.
4.3.3.1 - Auxílios para Despesa de Capital.....NCZ$ 25.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.838, DE 22 DE JANEIRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de créditos adicionais especiais."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, créditos adicionais especiais da ordem de NCZ$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL CRUZADOS NOVOS) e de NCZ$ 30.000,00 (TRINTA MIL CRUZADOS NOVOS), respectivamente, sendo o primeiro para fazer face as despesas decorrentes do cumprimento do convênio firmado entre a Prefeitura e a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária - SEHAC e o segundo destinado ao custeio das despesas decorrentes do cumprimento do convênio celebrado com a Casa Militar, ambos obedecendo a seguinte classificação:

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03070210.00 - Administração Geral.

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....NCZ$ 130.000,00

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03774550.00 - Despesa Contra a Erosão.

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....NCz$ 30.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que cuidar da abertura dos créditos referidos neste artigo, constarão de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, a sua espécie e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

L E I Nº 1.839, DE 22 DE JANEIRO DE 1990.

"Dispõe sobre alteração de referências e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os seguintes cargos e/ou empregos públicos, constantes dos anexos integrantes da Lei Municipal nº 1.743, de 26 de abril de 1989, passam para as seguintes referências:

ANEXO	QUANT./NOME	REF.
II	01 CHEFE DA SEÇÃO DE TESOURARIA	"29"
II	01 TÉCNICO DE CONTABILIDADE	"27"
III	01 SECRETÁRIA(o) DO GABINETE	"21"
IV	01 SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	"22"
VII	02 AUXILIAR DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	"22"
IX	03 AUXILIAR DO SETOR DE PESSOAL	"22"
IX	01 ASSISTENTE DO SETOR DE PESSOAL	"26"
IX	01 CHEFE DO SETOR DE PESSOAL	"29"
IX	01 APONTADOR	"13"
X	01 CHEFE DA SEÇÃO DE CADASTRO E BENS PATRIMONIAIS	"22"
X	01 CHEFE DO SETOR DE COMPRAS	"29"
X	01 CHEFE DO SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO	"29"
X	01 COMPRADOR	"26"
X	03 AUXILIAR DO SETOR DE COMPRAS	"22"
X	01 KARDEXISTA	"19"
X	01 COORDENADOR DO SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO	"24"
XI	01 PROTOCOLISTA	"20"
XI	02 TELEFONISTAS	"10"
XII	01 CHEFE DA SEÇÃO DE ESPORTES E TURISMO	"25"
XIII	01 CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHO	"29"
XIII	02 AUXILIAR DA SEÇÃO DE TESOURARIA	"22"
XIII	02 CADASTRADOR	"22"

XIII	02 LANÇADOR	"25"
XIII	01 COORDENADOR DA ESCRITURAÇÃO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	"26"
XIII	01 CHEFE DO SETOR DE CONTABILIDADE	"33"
XIII	01 CHEFE DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO	"29"
XIII	02 FISCAL DE TRIBUTOS	"22"
XIV	01 DESENHISTA PROJETISTA	"22"
XIV	01 CHEFE GERAL DE OBRAS	"26"
XIV	03 FISCAIS DE OBRAS PARTICULARES	"22"
XIV	01 INSPETOR DE TRÂNSITO	"21"
XV	02 FISCAL DE POSTURA	"22"

ARTIGO 2º - O Quadro de Cargos e Empregos da Prefeitura Municipal de Tremembé, constante da Lei Municipal de nº 1.743, de 26 de abril de 1989, fica acrescido dos seguintes empregos públicos:

ANEXO	QUANT./NOME	REF.
III	01 ASSISTENTE DE SERVIÇO ELEITORAL	"18"
III	01 ASSISTENTE DE SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS DE TRABALHO	"18"
XII	01 COORDENADOR DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECA	"19"
XII	02 PADEIROS	"14"
XII	04 AJUDANTE DE PADEIRO	"03"
XIII	01 CADASTRADOR	"22"
XIII	01 COORDENADOR DO CADASTRO IMOBILIÁRIO	"26"
XIV	01 PINTOR LETRISTA	"10"
XIV	01 ASSISTENTE DE SERVIÇO DE TRÂNSITO	"18"
XIV	01 COORDENADOR DE SERVIÇO DA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS	"22"

ARTIGO 3º - O cargo público de LANÇADOR - REFERÊNCIA "23", constante do Anexo II - ESTATUTÁRIOS e o emprego público de AUXILIAR DE GABINETE - REFERÊNCIA "20" - ANEXO III, da Lei Municipal nº 1.743, de 26 de abril de 1989, passam para as seguintes quantidades, denominações e referências:

ANEXO	QUANT./DENOMINAÇÃO	REF.
II	01 (UM) LANÇADOR - CHEFE	"27"
III	01 (UM) ASSISTENTE DE SECRETARIA	"26"

ARTIGO 4º - As despesas com a execução desta lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.840, DE 22 DE JANEIRO DE 1990.

"Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.234, de 22 de novembro de 1983."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.234, de 22 de novembro de 1983, com as modificações posteriores, fica acrescido de um parágrafo, com a seguinte redação:

"PARÁGRAFO ÚNICO - No exercício de 1990, excepcionalmente, a 1ª parcela vence no dia 28 de fevereiro de 1990 e as demais serão arrecadadas no prazo mencionado neste artigo."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.841, DE 22 DE JANEIRO DE 1990.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Para fazer face as despesas decorrentes da Lei Municipal nº 1.795, de 04 de outubro de 1989, fica autorizada a abertura no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de NCZ$ 20.000,00 (VINTE MIL CRUZADOS NOVOS), assim classificado:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
15814860.00 - Assistência Social Geral.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....NCZ$ 20.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.842, DE 22 DE JANEIRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Para fazer face as despesas decorrentes do cumprimento do convênio firmado com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, conforme Lei Municipal nº 1.581, de 29 de janeiro de 1988, fica autorizada a abertura no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de NCZ$ 26.000,00 (VINTE E SEIS MIL CRUZADOS NOVOS), assim classificado:

7. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU
08421880.00 - Ensino Regular.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....NCZ$ 20.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....NCZ$ 6.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido no artigo indicará a importância, a espécie do mesmo, os recursos para a sua pronta cobertura e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de janeiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de janeiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.843, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1990.

"Dá nova redação ao § 1º do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.234, de 22 de novembro de 1983, acrescido pela Lei Municipal nº 1.828, de 07 de dezembro de 1989 e retifica o artigo 1º da Lei Municipal nº 1.840, de 22 de janeiro de 1990."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O § 1º do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.234, de 22 de novembro de 1983, acrescido pela Lei Municipal nº 1.828, de 07 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - O prazo para pagamento da primeira prestação será de 10 (Dez) dias, a contar da data da entrega do Aviso-Recibo ou da publicação do lançamento."

ARTIGO 2º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.840, de 22 de janeiro de 1990, fica retificado na seguinte conformidade:

ONDE SE LÊ

"PARÁGRAFO ÚNICO - No exercício de 1990, excepcionalmente, a 1ª parcela vence no dia 28 de fevereiro de 1990 e as demais serão arrecadadas no prazo mencionado neste artigo."

LEIA-SE

"§ 4º - No exercício de 1990, excepcionalmente, a 1ª parcela vence no dia 28 de fevereiro de 1990 e as demais serão arrecadadas no prazo mencionado neste artigo."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de fevereiro de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de fevereiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

L E I Nº 1.844, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1990.

"Revoga, em todos os seus termos, as Leis Municipais nºs 1.830 e 1.836, respectivamente de, 28 de dezembro de 1989 e 11 de janeiro de 1990 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica revogada, em todos os seus termos, as Leis Municipais nºs 1.830 e 1.836, respectivamente de, 28 de dezembro de 1989 e 11 de janeiro de 1990.

ARTIGO 2º - O § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.777, de 14 de setembro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º - Quando efetivado o montante da Taxa a ser paga pelo contribuinte, nos moldes desta lei, deverá o resultado ser dividido pela unidade fiscal vigente, BTN - Bônus do Tesouro Nacional, ou outra em vigor na época, ou seja a 1º de dezembro do ano anterior a que se referir o lançamento, com pagamento em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, com o valor do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, vigente no dia 1º dos meses que forem devidas."

ARTIGO 3º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.777, de 14 de setembro de 1989, fica acrescido do seguinte dispositivo:

§ 3º - O M.V.R. - Maior Valor de Referência a que se refere a presente lei, é o vigente a 1º de janeiro do ano a que se referir o lançamento."

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de fevereiro de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de fevereiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.845, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1990.

"Dispõe sobre substituição do Anexo 8, constante do orçamento financeiro vigente."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Anexo 8 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, constante do orçamento financeiro vigente, fica substituído pelo integrante desta lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de fevereiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de fevereiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

NCz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS 1

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01000000.00	LEGISLATIVA.	500.000,00	500.000,00	1.000.000,00
01010000.00	Processo Legislativo.	304.000,00	500.000,00	804.000,00
01480000.00	Cultura.	31.000,00	-	31.000,00
01820000.00	Previdência.	165.000,00	-	165.000,00
01010010.00	Ação Legislativa.	273.000,00	-	273.000,00
01010210.00	Administração Geral.	31.000,00	500.000,00	531.000,00
01482470.00	Difusão Cultural.	31.000,00	-	31.000,00
01824950.00	Previdência Social a Inativos e Pensionistas.	165.000,00	-	165.000,00
03000000.00	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.	7.235.000,00	11.000.000,00	18.235.000,00
03070000.00	Administração.	5.635.000,00	10.000.000,00	15.635.000,00
03070200.00	Supervisão e Coordenação Superior.	206.000,00	100.000,00	306.000,00
03070210.00	Administração Geral.	5.429.000,00	9.900.000,00	15.329.000,00
03080000.00	Administração Financeira.	510.000,00	1.000.000,00	1.510.000,00
03080210.00	Administração Geral.	150.000,00	-	150.000,00
03080300.00	Administração de Receitas.	130.000,00	-	130.000,00
03080320.00	Controle Interno.	100.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00
03080330.00	Dívida Interna.	130.000,00	-	130.000,00
	TOTAL	-	-	-

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

NCz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS 2

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
03090000.00	Planejamento Governamental.	10.000,00	-	10.000,00
03910310.00	Assistência Financeira.	10.000,00	-	10.000,00
03420000.00	Ensino de 1º Grau.	130.000,00	-	130.000,00
03420210.00	Administração Geral.	130.000,00	-	130.000,00
03910000.00	Transporte Urbano.	950.000,00	-	950.000,00
03915730.00	Controle e Segurança do Tráfego Urbano.	950.000,00	-	950.000,00
04000000.00	AGRICULTURA.	41.000,00	-	41.000,00
04160000.00	Abastecimento.	41.000,00	-	41.000,00
04160800.00	Sementes e Mudas.	41.000,00	-	41.000,00
08000000.00	EDUCAÇÃO E CULTURA.	7.849.750,00	20.110.000,00	27.959.750,00
08420000.00	Ensino de 1º Grau.	4.214.750,00	20.110.000,00	24.324.750,00
08421880.00	Ensino Regular.	790.000,00	4.000.000,00	4.790.000,00
08424270.00	Alimentação e Nutrição.	2.824.750,00	7.110.000,00	9.934.750,00
08421900.00	Educação Pré-Escolar.	600.000,00	9.000.000,00	9.600.000,00
08440000.00	Ensino Superior.	50.000,00	-	50.000,00
08442350.00	Bolsas de Estudo.	50.000,00	-	50.000,00
08460000.00	Educação Física e Desportos.	2.020.000,00	-	2.020.000,00
	TOTAL	-	-	-

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS

NCz$ 1.00

3

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
08462280.00	Parques Recreativos e Desportivos.	2.020.000,00	-	2.020.000,00
08480000.00	Cultura.	1.565.000,00	-	1.565.000,00
08480310.00	Assistência Financeira.	100.000,00	-	100.000,00
08482470.00	Difusão Cultural.	1.465.000,00	-	1.465.000,00
10000000.00	HABITAÇÃO E URBANISMO.	24.930.000,00	10.000,000,00	34.930.000,00
10580000.00	Urbanismo.	21.150.000,00	7.000.000,00	28.150.000,00
10583230.00	Planejamento Urbano.	20.900.000,00	6.000.000,00	26.900.000,00
10583470.00	Produção Industrial.	250.000,00	1.000.000,00	1.250.000,00
10600000.00	Serviço de Utilidade Pública.	3.780.000,00	3.000.000,00	6.780.000,00
10603250.00	Limpeza Pública.	2.900.000,00	3.000.000,00	5.900.000,00
10603260.00	Serviços Funerários.	780.000,00	-	780.000,00
10603280.00	Parques e Jardins.	100.000,00	-	100.000,00
13000000.00	SAÚDE E SANEAMENTO.	1.578.400,00	3.421.600,00	5.000.000,00
13750000.00	Saúde.	-	3.000.000,00	3.000.000,00
13754280.00	Assistência Médica e Sanitária.	-	3.000.000,00	3.000.000,00
13760000.00	Saneamento.	1.578.400,00	421.600,00	2.000.000,00
	TOTAL			

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

NCz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS 4

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
13764480.00	Saneamento Geral.	1.578.400,00	421.600,00	2.000.000,00
15000000.00	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	19.394.250,00	9.440.000,00	28.834.250,00
15810000.00	Assistência.	790.000,00	-	790.000,00
15814860.00	Assistência Social Geral.	250.000,00	-	250.000,00
15814870.00	Assistência Comunitária.	540.000,00	-	540.000,00
15820000.00	Previdência.	18.404.250,00	9.140.000,00	27.544.250,00
15824920.00	Previdência Social Geral.	16.504.250,00	9.140.000,00	25.644.250,00
15824950.00	Previdência Social a Inativos e Pensionistas.	1.900.000,00	-	1.900.000,00
15840000.00	Programa de Formação do Patrimonio do Servidor Público-PASEP.	200.000,00	300.000,00	500.000,00
15844940.00	Previdência Social ao Servidor Público - PASEP.	200.000,00	300.000,00	500.000,00
16000000.00	TRANSPORTE.	3.987.000,00	13.000,00	4.000.000,00
16880000.00	Transporte Rodoviário	3.987.000,00	13.000,00	4.000.000,00
16885320.00	Terminais Rodoviários.	600.000,00	-	600.000,00
16885340.00	Estradas Vicinais.	3.387.000,00	13.000,00	3.400.000,00
	TOTAL	65.515.400,00	54.484.600,00	120.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.846, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1990.

"Dispõe sobre retificação da Lei Municipal nº 1.834, de 11 de janeiro de 1990."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e elel sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.834, de 11 de janeiro de 1990, fica retificado na seguinte conformidade:

ONDE SE LÊ
03462230.00 - Educação Física.

LEIA-SE
03421880.00 - Ensino Regular.

ARTIGO 2º - O artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.834, de 11 de janeiro de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de fevereiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de fevereiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.847, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1990.

"Dá nova redação no Programa de Trabalho, constante do Anexo 6, do Orçamento Financeiro corrente."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A redação completa do Código Orçamentário 08421881.06, constante do Anexo 6, do Orçamento Financeiro corrente, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Prosseguimento de Obra: conclusões, reformas e ampliações em prédios escolares pertencentes ao patrimônio municipal."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de fevereiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de fevereiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.848, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1990.

"Dispõe sobre autorização para assinatura de convênio com o INPS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, com a finalidade especial da Prefeitura Municipal dar atendimento e orientação aos beneficiários da Previdência Social, instruir os pedidos de benefícios, bem como encaminhar ao INPS os documentos necessários para os fins desejados.

ARTIGO 2º - Para a execução do presente Convênio de Cooperação, a Prefeitura cederá dentro de suas possibilidades e sem ônus de qualquer natureza para o INPS durante o prazo de vigência do Convênio, servidores e área física, colocando-os a disposição do INPS, para a prestação dos serviços previdenciários.

ARTIGO 3º - O INPS se comprometerá a colocar o seu pessoal técnico especializado a disposição da Prefeitura, quando solicitado, para proferir palestras ou ministrar cursos sobre atualização.

ARTIGO 4º - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial para cobrir despesas decorrentes com a assinatura do presente Convênio.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de fevereiro de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de fevereiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - INPS, entidade autárquica, integrante do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social-SINPAS, instituido pela Lei nº 6.439, de 01 de setembro de 1977, com sede em Brasilia - DF., e Superintendência Regional, à Rua Coronel Xavier de Toledo , 280, nesta Capital, doravante denominado simplesmente INPS, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, de um lado, e, de outro, a PREFEITURA MUNICIPAL DE , com sede na , neste ato representada pelo seu Prefeito, Sr. , doravante denominada-simplesmente PREFEITURA, resolvem firmar o presente Convênio, visando o aprimoramento das atividades previdenciárias, notadamente quanto ao desejo da PREFEITURA, de servir a sua população previdenciária; Convênio este que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Cabe à PREFEITURA dar atendimento e orientação aos beneficiários da Previdência Social, instruir os pedidos de benefícios, bem como encaminhar ao INPS, os documentos necessários para os fins desejados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a execução do presente Convênio de Cooperação, a PREFEITURA cederá, dentro de suas possibilidades e sem ônus de qualquer natureza para o INPS, durante o prazo de vigência do Convênio, servidores e área física, colocando-os a disposição do INPS, para a prestação dos serviços previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA - O INPS se comprometerá a colocar o seu pessoal técnico especializado, a disposição da PREFEITURA, quando solicitado, para proferir palestras ou ministrar cursos sobre atualização previdenciária.

CLÁUSULA QUARTA - Caberá ao INPS elaborar calendário semanal para atendimento à PREFEITURA, fixando dia e horário.

CLÁUSULA QUINTA - Periódicamente, as partes convenentes trocarão informa -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ções técnicas, visando o aprimoramento do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - Este Convênio de cooperação entrará em vigor na data de sua publicação em Órgão da Imprensa Oficial e de sua reprodução no Boletim de Serviço Local - BSL, da Superintendência Regional do INPS, pelo prazo de 12 (doze) meses prorrogável por igual período, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica assegurado ao INPS o direito de rescindir o presente Convênio, por conveniência administrativa, mediante denúncia escrita feita à PREFEITURA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso pretenda desfazer o Convênio, antes de seu termo final, a PREFEITURA notificará o INPS, de sua pretensão mediante denúncia escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - Para qualquer efeito judicial, fica eleito o Foro da Capital do Estado, resguardada a competência exclusiva da Justiça Federal.

E, por estarem de acordo, firmam estre instrumento, em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma e para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, de de 19

PREFEITURA MUNICIPAL DE

PREFEITO

INSTITUTO NAC. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

SUPERINTENDENTE REGIONAL

TESTEMUNHAS:

SAS - 33

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.849, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1990.

"Revoga, em todos os seus termos a Lei Municipal nº 1.570, de 08 de dezembro de 1987."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO - 1º Fica revogada, em todos os seus termos, a Lei Municipal nº 1.570, de 08 de dezembro de 1987.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de fevereiro de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de fevereiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.850, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado, pela presente lei, a abrir, por decreto, nos termos do disposto no Artigo 42 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, crédito adicional suplementar no valor de NCZ$ 60.000,00 (SESSENTA MIL CRUZADOS NOVOS), destinados a reforçar dotação do orçamento financeiro do Poder Legislativo, coforme segue:

1. LEGISLATIVO
1.2 SECRETARIA
4.0.0.0 - Despesas de Capital
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente...(+)NCZ$ 60.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante anulação total e parcial das seguintes dotações orcamentárias do Legislativo:

ANULAÇÃO TOTAL

1. LEGISLATIVO
1.2 SECRETARIA
3.0.0.0 - Despesas Correntes
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços De Terceiros e Encargos
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais.....(-)NCZ$ 4.000,00
1.3 PROCURADORIA
3.0.0.0 DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos.....(-)NCZ$ 5.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos .....(-)NCZ$ 3.000,00
1.4 MINI-BIBLIOTECA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.1.0 - Pessoal
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(-)NCZ$ 10.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(-)NCZ$ 1.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(-)NCZ$ 5.000,00
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(-)NCZ$ 5.000,00
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente...(-)NCZ$ 10.000,00

ANULAÇÃO PARCIAL

1. LEGISLATIVO
1.22 SECRETARIA
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(-)NCZ$ 17.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de fevereiro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de fevereiro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.851, DE 08 DE MARÇO DE 1990.

"Dá nova redação ao parágrafo 2º, da Lei Municipal nº 1.700, de 26 de dezembro de 1988."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O parágrafo 2º da Lei Municipal nº 1.700, de 26 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - A isenção deverá ser requerida até o dia 31 de março de cada ano."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de março de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de março de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.852, DE 08 DE MARÇO DE 1990.

"Dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 355, da Lei Municipal nº 786, de 16 de setembro de 1971".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O parágrafo 1º do artigo 355, da Lei Municipal nº 786, de 16 de setembro de 1971 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), alterado pela Lei Municipal nº 1.776, de 14 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO - 355 - .....

§ 1º - Para apuração do valor a ser pago mensalmente, será o montante atribuido a cada imóvel, dividido pelo BTN - Bônus do Tesouro Nacional, vigente no mês de lançamento, resultado esse que será dividido por 24 (vinte e quatro), encontrando-se assim a quantidade de cotas, isto é, o número de BTNs a que arcará o contribuinte, número esse que será multiplicado pelo BTN do mês do efetivo pagamento."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de março de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de março de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.853, DE 15 DE MARÇO DE 1990.

"Fixa valor do piso salarial da Prefeitura Municipal de Tremembé e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica fixado, em NCZ$ 3.700,00 (TRÊS MIL E SETECENTOS CRUZADOS NOVOS), o valor do piso salarial da Prefeitura Municipal de Tremembé e das gratificações instituídas pela Lei Municipal nº 1.330, de 25 de janeiro de 1985.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1990.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 15 de março de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 15 de março de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.854, DE 15 DE MARÇO DE 1990.

"Autoriza a abertura de créditos adicionais especiais."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, créditos adicionais especiais da ordem de NCZ$ 60.000,00 (SESSENTA MIL CRUZADOS NOVOS) e de NCZ$ 20.000,00 (VINTE MIL CRUZADOS NOVOS), respectivamente, sendo o primeiro para auxiliar o desenvolvimento das atividades da Liga Municipal de Futebol de Tremembé e o segundo para fazer face as despesas decorrentes do cumprimento do convênio firmado com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, conforme Lei Municipal nº 1.581, de 29 de janeiro de 1988, ambos obedecendo a seguinte classificação:

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.3 SETOR DE CULTURA

08462240.00 - Desporto Amador.

3.2.3.1 - Subvenções Sociais.....NCZ$ 60.000,00

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08421880.00 - Ensino Regular.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....NCZ$ 10.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....NCZ$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que cuidar da abertura dos créditos referidos neste artigo, constarão de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, a sua espécie e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 15 de março de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 15 de março de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

L E I Nº 1.855, DE 15 DE MARÇO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de NCz$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZADOS NOVOS), destinado a reforçar dotações do orçamento do Poder Legislativo, conforme segue:

1.	LEGISLATIVO	
1.1	CORPO LEGISLATIVO	
01010012.01	- Manutenção dos Trabalhos Legislativos.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)NCz$	300.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)NCz$	250.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)NCz$	500.000,00
1.2	SECRETARIA	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)NCz$	600.000,00
3.1.1.3	- Obrigações Patronais.....(+)NCz$	50.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)NCz$	200.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)NCz$	250.000,00
3.2.5.3	- Salário-Família.....(+)NCz$	10.000,00
1.5	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
01824952.04	- Pagamento de Inativos (Proventos).	
3.2.5.1	- Inativos - Proventos.....(+)NCz$	320.000,00
01824952.04	- Pagamento de Inativos. (Obrigações Patronais).	
3.2.5.1	- Inativos - Obrigações Patronais...(+)NCz$	20.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 15 de março de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 15 de março de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.856, DE 29 DE MARÇO DE 1990.

"Altera percentual das alíquotas das alíneas "l", "m" e "n", do ítem 1. NATUREZA DAS OBRAS, constante do artigo 32 da Lei Municipal nº 1.415, de 27 de dezembro de 1985."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de Sao Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - As alíneas "l", "m" e "n", do ítem 1. NATUREZA DAS OBRAS, constante do artigo 32 da Lei Municipal nº 1.415, de 27 de dezembro de 1985, alteradas pela Lei Municipal nº 1.797, de 20 de outubro de 1989, passará a partir da publicação desta lei, a recolher a taxa de licença para execução de obra, na seguinte conformidade:

"ARTIGO 32 - .....

TABELA

NATUREZA DAS OBRAS	ALÍQUOTA - PERCENTUAL SOBRE O MAIOR VALOR DE REFERÊNCIA -MVR.		
1. OBRAS DE:	Construção	Reforma	Ampliação
l) Divisão de áreas voltadas para logradouros públicos oficiais.....	-	0,30%	-
m) Desmembramento de áreas de porção maior: por m² de áreas desmembrada.....	-	0,30%	-
n) Remanejamento de lotes em loteamentos já aprovados: por m² de área remanejada..	-	0,30%	- ."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de março de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de março de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.857, DE 06 DE ABRIL DE 1990.

"Dá nova redação ao artigo 6º da Lei Municipal nº 1.698, de 26 de dezembro de 1988."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 6º da Lei Municipal nº 1.698, de 26 de dezembro de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 6º - O imposto lançado por homologação, será recolhido mensalmente até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao mês da competência."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de abril de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 06 de abril de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.858, DE 06 DE ABRIL DE 1990.

"Dá nova redação ao artigo 19 da Lei Municipal nº 1.414, de 27 de dezembro de 1985, alterado pela Lei Municipal nº 1.430, de 20 de dezembro de 1986."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 19 da Lei Municipal nº 1.414, de 27 de dezembro de 1985, alterado pela Lei Municipal nº 1.430, de 20 de março de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 19 - Nos casos do artigo 6º, incisos I, II, III, IV e V, o imposto será recolhido mensalmente, aos cofres da Prefeitura Municipal, mediante o preenchimento de guias especiais, independentemente de prévio exame da autoridade administrativa, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de abril de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 06 de abril de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.859, DE 18 DE ABRIL DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviços de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 4.300000,00 (QUATRO MILHÕES E TREZENTOS MIL CRUZEIROS), destinado a reforçar dotações do orçamento do Poder Legislativo, conforme segue:

1. LEGISLATIVA
1.1 CORPO LEGISLATIVO
01010012.01 - Manutenção dos Trabalhos Legislativos.
3.1.1.1 - Pessoal Civil .....(+)Cr$ 1.000.000,00
1.2 SECRETARIA
01010212.02 - Manutenção dos Serviços da Secretaria.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 2.000.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 200.000,00
3.2.5.3 - Salário-Família.....(+)Cr$ 20.000,00
1.5 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
01824952.04 - Pagamento de Inativos (Proventos).
3.2.5.1 - Inativos - Proventos.....(+)Cr$ 1.000.000,00
01824952.04 - Pagamento de Inativos (Obrigações Patronais).
3.2.5.1 - Inativos- Obrigações Patronais.....(+) 80.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO- O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de abril de 1990.

JÚLIO CELSO OTANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de abril de 1990.

ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.860, DE 09 DE MAIO DE 1990.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando preencher as necessidades de pessoal de apoio administrativo das escolas públicas estaduais, localizadas no Município de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando preencher as necessidades de pessoal de apoio administrativo das escolas públicas estaduais, localizadas neste Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a que se refere o artigo será firmado nos termos da minuta anexa, que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do convênio referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal



ESTADO DE SÃO PAULO

Termo de Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação e o Município

objetivando a conjugação de esforços no sentido de dotar as Escolas Estaduais do Município, de escriturários, inspetores de alunos e serventes.
(Processo nº).

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada pelo seu titular
devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado e o Município de
doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor
devidamente autorizado pela Lei Municipal nº
de de de 198 , têm entre si justo e acertado, celebrar o presente Convênio com as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Objetiva o presente Convênio, a conjugação de esforços no sentido de dotar as escolas estaduais do MUNICÍPIO, de escriturários, serventes e inspetores de alunos em número de acordo com o estabelecido pela legislação em vigor.

De conseqüência, constitui objeto mediato do Convênio a contratação de pessoal, pelo MUNICÍPIO, e sua colocação para prestação de serviços em escolas estaduais no Município de



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

1- Obrigações Comuns:

a) proporcionar facilidades para o fluxo de dados e informações;

b) supervisionar a implantação e desenvolvimento das ações decorrentes do objeto do presente Convênio.

2- Obrigações da SECRETARIA:

a) fixar o número mínimo de escriturários, serventes e inspetores de alunos necessários para cada escola;

b) fornecer à PREFEITURA os requisitos estabelecidos para a contratação de escriturários, serventes e inspetores de alunos a serem colocados à disposição das escolas;

c) destinar recursos financeiros ao MUNICÍPIO para cobrir o pagamento de todas as despesas do MUNICÍPIO decorrentes do preenchimento das necessidades da escola em matéria de escriturários, inspetores de alunos e serventes;

d) providenciar a previsão no orçamento anual, para os exercícios subseqüentes, dos recursos financeiros necessários para fazer face às despesas decorrentes deste Convênio;

e) prestar assessoria técnica ao MUNICÍPIO nos processos de contratação e treinamento do pessoal resultantes da realização do objeto deste Convênio.

3- Obrigações do MUNICÍPIO:

a) durante o período de duração do Convênio colocar escriturários, serventes e inspetores de alunos à disposição das escolas estaduais do MUNICÍPIO de acordo com o núme

ro estabelecidc pela SECRETARIA para desempenharem os encargos previstos nos Regimentos das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus e Técnicas;

b) providenciar os instrumentos legais e regulamentares a nível municipal, que viabilizem a execução das cláusulas deste Convênio;

c) recrutar, selecionar, admitir e treinar o pessoal com observância dos requisitos estabelecidos pelas SECRETARIA;

d) recolher ao Tesouro do Estado as importâncias não aplicadas até o final do exercício, destinadas pela SECRETARIA à execução deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio ficará a cargo dos órgãos da SECRETARIA e dc MUNICÍPIO no âmbito de suas respectivas competências e atribuições.

§ 1º - Caberá ao MUNICÍPIO a administração dos recursos financeiros colocados a sua disposição.

§ 2º - Caberá à Delegacia de Ensino a supervisão da execução do presente Convênio na sua área de abrangência.

§ 3º - Os escriturários, serventes e inspetores de alunos postos à disposição das escolas pelo MUNICÍPIO ficarão subordinados, no desempenho de seus encargos, à Direção das Escolas.

§ 4º - A Direção da Escola deverá informar mensalmente à Prefeitura a freqüência dos escriturários, serventes e inspetores de alunos colocados a sua disposição.

Prefeitura
CEI

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA QUARTA

..DOS RECURSOS FINANCEIROS

Serão destinados, para execução do presente Convênio no exercício de 198 , recursos financeiros no valor de NCZ$ (

onerando a Classificação Econômica 32.23.30 - Transferência a Municípios - Outras - custeados com recursos do Tesouro do Estado, Classificação Funcional Programática 08.07.021.2.063 e Classificação Institucional da Unidade Executora.

§1º - A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

§2º - Os recursos serão determinados em função do número de escriturários, serventes e inspetores de alunos necessários para completar o módulo mínimo da escola.

§3º - Os recursos financeiros serão depositados, mensalmente, na Agência do BANESPA, em conta especial do Convênio.

§4º - Em exercícios futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias do Orçamento-Programa respectivo , onerando as classificações funcionais programáticas..... 08.07.021.2.059 ou 08.07.021.2.063 quando se referirem à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo ou à Coordenadoria de Ensino do Interior, respectivamente, e com a classificação institucional das unidades executoras.

PREFEITURA
COGSP/CEI

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA QUINTA
DAS ALTERAÇÕES

O presente convênio poderá ser aditado mediante termos próprios, obedecidas as disposições legais e regulamentares vigentes.

CLÁUSULA SEXTA
DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá a duração de 02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA DENÚNCIA, RESCISÃO OU RESOLUÇÃO

1. O Convênio poderá ser desfeito durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos Partícipes, ou denúncia de qualquer deles, por desinteresse, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

2. O Convênio poderá ser rescindido, por infração legal ou convencional, respondendo, pelas perdas e danos, o Partícipe que lhes der causa.

3. O Secretário da Educação e o Prefeito Municipal são autoridades competentes para denunciar, resolver ou rescindir este Convênio.

CLÁUSULA OITAVA
DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Ocorrendo necessidade de reajuste e havendo disponibilidade financeira a SECRETARIA e o Município se obrigam a reajustar o valor do Convênio, com base na legislação vigente.

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA NONA

DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste instrumento.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, de de 198

Secretário da Educação

Prefeito Municipal

Testemunhas:

1ª_____

2ª_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.861, DE 09 DE MAIO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

CRÉDITO ESPECIAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.838/90 E DECRETO Nº 1.403/90.

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070210.00 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.(+)Cr$ 180.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.862, DE 09 DE MAIO DE 1990.

"Dispõe sobre substituição do ANEXO I - Tabela Única de Vencimentos, Salários e Remuneração da Prefeitura Municipal de Tremembé e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ANEXO I - Tabela Única de Vencimentos, Salários e Remuneração da Prefeitura Municipal de Tremembé, constante da Lei Municipal nº 1.743, de 26 de abril de 1989, fica substituído pelo Anexo integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - O ANEXO I - Tabela Única de Vencimentos, Salários e Remuneração a que se refere esta lei, será automaticamente reajustado nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro de 1990, na base de 100% (CEM POR CENTO) da inflação pré-fixada para os respectivos meses.

ARTIGO 3º - O ANEXO I - Tabela Única de Vencimentos, Salários e Remuneração de que trata esta lei, será reajustado além do previsto no artigo anterior, em percentual igual a diferença do índice bimestral estipulado para correção do salário-mínimo, caso seja superior a inflação pré-fixada pelo Governo Federal.

ARTIGO 4º - As gratificações e pensões pagas pelos cofres municipais instituidas por leis anteriores, passam a ser pagas pela Referência "02" - Grau "A", do presente ANEXO I - Tabela Única de Vencimentos, Salários e Remuneração.

ARTIGO 5º - O artigo 7º da Lei Municipal nº 1.743, de 26 de abril de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 7º - Fica mantido o adicional de 5% (cinco por cento) para os servidores sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho e instituido pela Lei nº 979, de 03 de março de 1978, e,

ainda, para a contagem de tempo de serviço prestado ao Município, o servidor será classificado para todos os efeitos na seguinte proporção:

I - GRAU "A", até cinco anos;
II - GRAU "B", após cinco anos;
III - GRAU "C", após dez anos;
IV - GRAU "D", após quinze anos;
V - GRAU "E", após vinte anos;
VI - GRAU "F", após vinte e cinco anos;
VII - GRAU "G", após trinta anos.

ARTIGO 6º - A faculdade instituida por esta lei é estendida, igualmente, à Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA do Município de Tremembé.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 1990.

ARTIGO 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretária da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I - TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS E REMUNERAÇÃO

REF.	"A"	"B"	"C"	"D"	"E"	"F"	"G"
01	7.613,87	8.150,10	8.716,95	9.329,67	9.973,15	10.677,85	11.428,56
02	8.140,00	8.594,43	9.191,84	9.835,25	10.524,60	11.260,00	12.056,57
03	8.471,83	9.069,30	9.697,42	10.386,86	11.106,88	11.888,16	12.715,43
04	8.946,70	9.559,44	10.233,56	10.953,58	11.719,60	12.546,82	13.420,18
05	9.436,99	10.095,67	10.800,42	11.551,08	12.363,03	13.236,19	14.155,39
06	9.957,90	10.647,27	11.397,87	12.194,51	13.037,20	13.956,38	14.936,75
07	10.494,07	11.229,39	12.025,99	12.853,17	13.757,13	14.722,29	15.748,74
08	11.076,21	11.857,47	12.684,76	13.573,34	14.523,12	15.534,11	16.621,92
09	11.688,97	12.500,97	13.374,13	14.308,60	15.319,77	16.392,09	17.541,06
10	12.332,39	13.190,25	14.109,44	15.105,22	16.162,28	17.295,94	18.506,20
11	13.006,42	13.910,29	14.890,74	15.932,53	17.050,88	18.245,83	19.517,37
12	13.726,55	14.676,31	15.702,74	16.805,76	17.985,40	19.180,33	20.589,73
13	14.477,14	15.488,26	16.575,97	17.740,27	18.981,16	20.298,67	21.723,39
14	15.273,76	16.346,18	17.479,84	18.705,41	20.022,90	21.417,00	22.918,35
15	16.116,36	17.234,71	18.444,98	19.731,84	21.125,94	22.596,64	24.174,57
16	17.004,94	18.184,54	19.456,07	20.819,55	22.274,91	23.837,53	25.507,37
17	17.939,48	19.195,64	20.528,46	21.968,52	23.500,49	25.155,02	26.916,80
18	18.919,85	20.237,38	21.662,12	23.178,78	24.802,67	26.533,80	28.387,50
19	19.961,70	21.355,73	22.857,08	24.450,32	26.166,14	27.989,19	29.950,12
20	21.064,63	22.535,35	24.113,28	25.798,45	27.606,19	29.536,47	31.604,65
21	22.213,69	23.776,26	25.430,79	27.207,88	29.122,85	31.160,36	33.335,76
22	23.439,24	25.078,44	26.840,20	28.709,21	30.716,09	32.876,18	35.174,15
23	24.726,06	26.457,20	28.310,90	30.287,14	32.409,98	34.683,90	37.104,43
24	26.089,51	27.912,59	29.873,51	31.957,00	34.193,68	36.583,56	39.141,96
25	27.514,34	29.444,56	31.512,73	33.718,76	36.078,02	38.605,78	41.302,05
26	29.030,89	31.068,44	33.243,85	35.572,46	38.054,26	40.719,89	43.569,37
27	30.624,18	32.768,93	35.066,90	37.518,07	40.153,06	42.956,58	45.974,57
28	32.309,29	34.576,67	36.997,20	39.586,23	42.359,11	45.331,13	48.502,32
29	34.086,47	36.476,33	39.034,73	41.761,63	44.687,70	47.812,93	51.167,95
30	35.970,84	38.483,21	41.179,49	44.059,60	47.154,18	50.447,94	53.986,79
31	37.946,92	40.597,33	43.446,81	46.480,13	49.743,23	53.220,82	56.943,50
32	40.030,50	42.834,02	45.836,69	49.038,53	52.485,47	56.146,88	60.084,93
33	42.236,55	45.193,26	48.349,14	51.734,80	55.365,57	59.241,47	63.377,80
34	44.565,11	47.583,14	50.907,54	54.477,04	58.291,64	62.366,70	66.732,82
35	47.016,24	50.310,06	53.833,60	57.602,25	61.631,35	65.936,20	70.562,76

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.863, DE 09 DE MAIO DE 1990.

"Dispõe sobre substituição do ANEXO I - ESCALA DE VENCIMENTOS, constante da Lei Municipal nº 1.744, de 26 de abril de 1989, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ANEXO I - ESCALA DE VENCIMENTOS, constante da Lei Municipal nº 1.744, de 26 de abril de 1989, alterado pela Lei Municipal nº 1.805, de 25 de outubro de 1989, passa a vigorar de conformidade com o anexo integrante da presente Lei.

ARTIGO 2º - Os valores constantes do ANEXO I desta Lei serão automaticamente reajustados nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro de 1990 à base de 100% (cem por cento) da inflação pré-fixada para os respectivos meses.

ARTIGO 3º - Os valores constantes do ANEXO I desta Lei serão reajustados, além do previsto no artigo anterior, em percentual igual à diferença do índice bimestral estipulado para correção do Salário Mínimo, caso seja superior à inflação pré-fixada pelo Governo Federal.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 1990.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I - ESCALA DE VENCIMENTOS

REF.	"A"	"B"	"C"	"D"	"E"	"F"	"G"
01	13.006,42	13.910,29	14.890,74	15.932,53	17.050,88	18.245,83	19.517,37
02	13.726,55	14.676,31	15.702,74	16.805,76	17.985,40	19.180,33	20.589,73
03	14.477,14	15.488,26	16.575,97	17.740,27	18.981,16	20.298,67	21.723,39
04	15.273,76	16.346,18	17.479,84	18.705,41	20.022,90	21.417,00	22.918,35
05	16.116,36	17.234,71	18.444,98	19.731,84	21.125,94	22.596,64	24.174,57
06	17.004,94	18.184,54	19.456,07	20.819,55	22.274,91	23.837,53	25.507,37
07	17.939,48	19.195,64	20.528,46	21.968,52	23.500,49	25.155,02	26.916,80
08	18.919,85	20.237,38	21.662,12	23.178,78	24.802,67	26.533,80	28.387,50
09	19.961,70	21.355,73	22.857,08	24.450,32	26.166,14	27.989,19	29.950,12
10	21.064,63	22.535,35	24.113,28	25.798,45	27.606,19	29.536,47	31.604,65
11	22.213,69	23.776,26	25.430,79	27.207,88	29.122,85	31.160,36	33.335,76
12	23.439,24	25.078,44	26.840,20	28.709,21	30.716,09	32.876,18	35.174,15
13	24.726,06	26.457,20	28.310,90	30.287,14	32.409,98	34.683,90	37.104,43
14	26.089,51	27.912,59	29.873,51	31.957,00	34.193,68	36.583,56	39.141,96
15	27.514,34	29.444,56	31.512,73	33.718,76	36.078,02	38.605,78	41.302,05
16	29.030,89	31.068,44	33.243,85	35.572,46	38.054,26	40.719,89	43.569,37
17	30.624,18	32.768,93	35.066,90	37.518,07	40.153,06	42.956,58	45.974,57
18	32.309,29	34.576,67	36.997,20	39.586,23	42.359,11	45.331,13	48.502,32
19	34.086,47	36.476,33	39.034,73	41.761,63	44.687,70	47.812,93	51.167,95
20	35.970,84	38.483,21	41.179,49	44.059,60	47.154,18	50.447,94	53.986,79
21	37.946,92	40.597,33	43.446,81	46.480,13	49.743,23	53.220,82	56.943,50
22	40.030,50	42.834,02	45.836,69	49.038,53	52.485,47	56.146,88	60.084,93
23	42.236,55	45.193,26	48.349,14	51.734,80	55.365,57	59.241,47	63.377,80
24	44.565,11	47.583,14	50.907,54	54.477,04	58.291,64	62.366,70	66.732,82
25	47.016,24	50.310,06	53.833,60	57.602,25	61.631,35	65.936,20	70.562,76

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.864, DE 18 DE MAIO DE 1990.

"Dá nova redação aos artigos 343 e 355, da Lei Municipal nº 786, de 16 de setembro de 1971."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os dispositivos da Lei Municipal nº 786, de 16 de setembro de 1971 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), abaixo enumerados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"ARTIGO 343 - Vencido o prazo constante do Edital, será iniciada a obra de melhoramento e a Prefeitura emitirá os carnês referentes aos imóveis beneficiados à medida em que for totalmente concluída a obra de cada via ou logradouro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os contribuintes que desejarem efetuar o pagamento antecipado de suas parcelas poderão fazê-lo, mesmo que seu imóvel ainda não tenha sido beneficiado pelo melhoramento."

"ARTIGO 355 - A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, obedecidos os vencimentos e locais indicados no aviso de lançamento.

§ 1º - Caso o contribuinte prove, nos moldes de regulamento a ser baixado por Decreto do Executivo, que não possui condições de efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria em 24 (vinte e quatro) meses, poderá optar pelo pagamento em 36 (trinta e seis) ou 48 (quarenta e oito) meses, nos vencimentos e locais indicados nos avisos.

§ 2º - Para apuração do valor a ser pago mensalmente, será o montante atribuido a cada imóvel, dividido pelo BTN - Bônus do Tesouro Nacional, vigente no mês de lançamento, resultado esse que será dividido por 24 (vinte e quatro), encontrando-se assim a quantidade de cotas, isto é, o

número de BTNs a que arcará o contribuinte, número esse que será multiplicado pelo BTN do mês do efetivo pagamento.

§ 3º - Fica facultado ao contribuinte, a qualquer tempo liquidar o saldo do seu débito, com o valor do BTN vigente no mês do efetivo pagamento.

§ 4º - O prazo para pagamento das prestações da Contribuição de Melhoria, vence no último dia útil de cada mês.

§ 5º - O atraso no pagamento das prestações no prazo fixado, sujeitará o contribuinte a:

I - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação, até o 30º dia do vencimento;

II - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da prestação a partir do 31º dia do vencimento; e

III - juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da prestação.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.865, DE 18 DE MAIO DE 1990.

"Dispõe sobre alteração de salários."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os valores constantes do Quadro de Servidores contratados na forma do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, assinado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, de que trata a Lei Municipal nº 1.800, de 20 de outubro de 1989, com as modificações posteriores, ficam reajustados na ordem de 120% (CENTO E VINTE POR CENTO).

ARTIGO 2º - Fica estabelecido que os próximos reajustes salariais serão feitos à mesma época em que o forem os dos servidores municipais, aplicando-se-lhes os mesmos critérios e identidades de situações.

ARTIGO 3º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 1990.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.866, DE 18 DE MAIO DE 1990.

"Disciplina a arborização urbana de dominio público do Município de Tremembé e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Esta lei disciplina toda a arborização das áreas de domínio público situadas dentro da zona urbana do Município de Tremembé, estabelece suas diretrizes e normas pertinentes, inclusive, quanto a espécie, formas de plantio, preservação, podaduras, infrações, penalidades e outros mais que interessem ao bem comum dos munícipes.

ARTIGO 2º - Considera-se vegetação de porte arbóreo aquela espécime composta por espécime de vegetais lenhosos que apresentem diâmetro do caule à altura do peito (DAP) superior a 0,05m (cinco centímetros).

PARÁGRAFO ÚNICO - Diâmetro à altura do peito (DAP) é o diâmetro do caule da árvore à altura de aproximadamente 1,30 (um metro e trinta centímetros), medidos a partir do ponto de intersecção entre a raiz e o caule da árvore, conhecido como colo.

ARTIGO 3º - A supressão de espécimes arbóreos em áreas de dominio público só será permitida a:

I - equipe de funcionários da Prefeitura, devidamente treinados, mediante ordem de serviço por escrito do Serviço de Atividades Urbanas, por sua seção competente, contendo o número de árvores, a identificação das espécies, a localização e a data da supressão;

II - funcionários de empresas concessionárias de serviços públicos, desde que cumpridas as seguintes exigências:

a)- obtenção de autorização, por escrito, do Serviço de Atividades Urbanas, incluindo detalhadamente o número de árvores, a identificação das espécies, a localização, a data e o motivo da supressão;

b)- acompanhamento permanente de responsável, a cargo da empresa.

III - soldados do Corpo de Bombeiros, nas ocasiões de emergência, em que haja risco iminente para a população ou ao patrimônio, tanto público como privado, devendo, posteriormente, comunicar o fato ao Serviço de Atividades Urbanas.

IV - munícipe, desde que cumpridas as seguintes exigências:

a)- obtenção de autorização, por escrito, do Serviço de Atividades Urbanas, incluindo detalhadamente o número de árvores, a identificação das espécies, a localização, a data e o motivo da supressão;

b)- assinatura de termo de responsabilidade para com os risco de danos e prejuizos da população e do patrimônio público ou privado, que possam ser causados pela impericia ou imprudência do munícipe ou de quem, a mando do interessado, executar a supressão;

c)- pagamento, às próprias expensas, dos custos da supressão e remoção das árvores.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Serviço de Atividades Urbanas, responsável pelo manejo da arborização urbana de dominio público, deverá contar com uma comissão técnica composta por, no mínimo, um Engenheiro Agrônomo e um Arquiteto.

ARTIGO 4º - A poda de espécimes arbóreas em áreas de domínio público só será permitida a:

I - funcionário da Prefeitura, devidamente treinados, mediante ordem de serviço escrita do Serviço de Atividades Urbanas;

II - funcionários de empresas concessionárias de serviços públicos, em ocasiões emergenciais em que haja necessidade de restabelecimento da segurança e do bem estar da população, notificando posteriormente o Serviço de Atividades Urbanas, ou cumpridas as seguintes exigências:

a)- obtenção de autorização, por escrito, do Serviço de Atividades Urbanas, incluindo detalhadamente o número de árvores, a identificação das espécies, a localização, a data e o motivo da poda;

b)- observância das normas técnicas de poda estabelecidas pelo

Serviço de Atividades Urbanas, excetuando-se os casos em que prevaleçam a segurança da população e o bom funcionamento dos equipamentos públicos;

c)- acompanhamento permanente do responsável, a cargo da empresa.

III - soldados do Corpo de Bombeiros, nas ocasiões de emergência, em que haja risco iminente para a população ou pra o patrimônio, tanto público como privado devendo posteriormente notificar o Serviço de Atividades Urbanas.

ARTIGO 5º - Fica proibida, ao munícipe, a realização de podas de árvores em áreas de domínio público.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de necessidade, o interessado deverá solicitar a poda à administração municipal, ou, nas hipóteses mais graves e urgentes, no Corpo de Bombeiros.

ARTIGO 6º - Tanto a supressão como a poda em florestas de preservação permanentes sujeitas ao regime do Código Florestal dependerão de prévia autorização da autoridade federal competente, na forma do artigo 3º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, alterada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989.

ARTIGO 7º - As árvores de áreas de domínio público, quando suprimidas, deverão ser substituídas pelo órgão competente da Prefeitura, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pelo Serviço de Atividades Urbanas, num prazo de 90 (noventa) dias após a supressão.

§ 1º - Não havendo espaço adequado no mesmo local, o replantio será feito em área a ser indicada pelo Serviço de Atividades Urbanas, de forma a manter a densidade arbórea das adjacências.

§ 2º - Nos casos em que a supressão ou a retirada de árvores decorrer do rebaixamento de guias ou quaisquer outras obras justificáveis de interesse particular, ficará o interessado obrigado ao replantio de igual número de árvores suprimidas segundo orientação do Serviço de Atividades Urbanas da Prefeitura Municipal de Tremembé, bem como o pagamento à Prefeitura de taxa correspondente aos custos de supressão, de conformidade com a regulamentação desta lei.

ARTIGO 8º - O munícipe que efetuar plantio de

espécimes arbóreos em desacordo com o disposto nesta lei e das normas técnicas do Serviço de Atividades Urbanas, será notificado pelo referido Setor a efetuar as devidas alterações.

CAPÍTULO II
Dos Critérios da Arborização

ARTIGO 9º - A arborização das áreas de domínio público urbanas do município, a partir da publicação da presente lei, obedecerão aos seguintes critérios:

I - nas ruas com largura igual ou superior a 14 (quatorze) metros, será permitido o plantio de espécies de porte pequeno nas calçadas que dão suporte à rede de energia elétrica, enquanto que, nas calçadas opostas, poderão ser plantadas árvores de porte médio;

II - nas ruas com largura inferior a 14 (quatorze) metros, somente será permitido o plantio de espécies de porte pequeno;

III - nas avenidas, com canteiro central, somente será permitido o plantio nos respectivos canteiros, de árvores do tipo colunares ou plamares de estipe limpo, quando estes canteiros possuirem larguras inferiores a 3,5m (três metros e cinquenta centímetros), não devendo a largura da massa arbórea ultrapassar a largura do respectivo canteiro;

IV - nas avenidas, cujo canteiro central tenha largura igual ou superior a 3,5m (três metros e cinquenta centímetros), poderão ser plantadas árvores de pequeno, médio e grande portes, desde que a largura de suas massas não ultrapasse a largura do respectivo canteiro até uma altura mínima de 5,5m (cinco metros e cinquenta centímetros);

V - nas calçadas laterais de avenidas com canteiro central, apenas será permitido o plantio de espécies arbóreas de pequeno porte;

VI - o espaçamento entre árvores, determinado pela municipalidade, será de, no mínimo 8 (oito) metros, devendo ser respeitado o afastamento de 5 (cinco metros) nas

esquinas e com relação aos postes;

VII - as mudas de árvores serão fornecidas e plantadas pela Prefeitura Municipal, através do Serviço de Atividades Urbanas da Prefeitura, podendo o munícipe efetuar, às expensas, plantio de árvores em áreas do domínio público, junto à sua residência ou terreno, desde que observadas as exigências desta lei e normas técnicas elaboradas pelo Setor competente da Municipalidade;

VIII - as calçadas que circundam praças devem ficar isentas de arborização;

IX - o Serviço de Atividades Urbanas da Prefeitura indicará as espécies de porte pequeno, médio e grande a serem plantadas nos respectivos locais.

X - as árvores já plantadas nas áreas de domínio público, no perímetro urbano, que se mostrem inadequadas ao paisagismo, ao bem estar público ou ao bom funcionamento dos equipamentos públicos, serão paulatinamente substituidas pela Prefeitura Municipal, sem ônus aos munícipes, por outras mais adequadas aos respectivos locais.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO

ARTIGO 10 - Os projetos de instalação de equipamentos públicos ou particulares em áreas de dominio público já arborizadas, deverão compatibilizar-se com a vegetação arbórea existente, de modo a evitar futuras podas.

CAPÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

ARTIGO 11 - Além das penalidades previstas no artigo 26 da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, alterada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989, e sem prejuízo das responsabilidade penal e civil, às pessoas físicas ou jurídicas que infringirem as disposições desta lei e do seu regulamento, no

tocante à supressão de vegetação em áreas de domínio público urbano, ficarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - multa no valor de 10 (dez) MVR, à época da infração, por espécime arbóreo suprimido, dobrada sucessivamente a cada reincidência;

II - ressarcimento à Prefeitura dos custos totais de replantio, com a devida correção monetária na época do pagamento.

ARTIGO 12 - Ao infrator, tanto pessoa física como jurídica, das disposições desta lei e de seu regulamento, no tocante à poda de vegetação arbórea em área de domínio público urbana, sera aplicada multa no valor de 5 (cinco) MVR, à época da infração, e dobrada sucessivamente a cada reincidência.

ARTIGO 13 - As pessoas físicas ou jurídicas que infringirem esta lei e seu regulamento, no tocante ao critério de arborização, efetuando plantio de espécies inadequadas aos respectivos locais e, após terem sido devidamente notificadas segundo o exposto no artigo 8º desta lei, não tomarem as providências indicadas pelo Serviço de Atividades Urbanas da Prefeitura, ficam, sujeitas a:

I - ressarcimento de danos e prejuízos causados às propriedades públicas ou privadas, pelas árvores indevidamente plantadas, com a correção monetária do valor na época do pagamento;

II - ressarcimento, monetariamente corrigido, à Prefeitura Municipal, dos custos de substituição ou supressão das árvores indevidamente plantadas.

ARTIGO 14 - Respondem solidariamente pela infração das normas desta lei, quer quanto à supressão, à poda ou ao plantio inadequado de árvores, na forma dos artigos 11, 12 e 13:

I - seu autor material;

II - o mandante;

III - quem, de qualquer modo, concorra para a prática da infração.

ARTIGO 15 - Se a infração for cometida por servidor municipal, em serviço, a penalidade será determinada após a instauração de processo administrativo, na forma da legislação em vigor.

ARTIGO 16 - O Poder Executivo regulamentará esta lei

no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua publicação.

ARTIGO 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.867, DE 18 DE MAIO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Munícipio, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

CRÉDITO ESPECIAL

LEIS MUNICIPAIS Nºs 1.834/90 e 1.846/90.

DECRETOS MUNICIPAIS Nº 1.398/90 e 1.416/90

2. - GABINETE DO PREFEITO

2.1 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03421880.00 - Ensino Regular

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+) Cr$ 300.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais..... (+) Cr$ 100.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo..... (+) Cr$ 200.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... (+) Cr$ 200.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.842/90 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1.405/90

7. - SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7.1 - SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU

08421880.00 - Ensino Regular

3.1.1.1 - Pessoal Civil..... (+) Cr$ 200.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de maio de 1990.

JÚLIO CELSO OTANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de maio de 1990.

ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.868, DE 18 DE MAIO DE 1990.

"Declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Residencial Flor do Vale.

O PREFEITO MUNICIPAL DE 'TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL FLOR DO VALE.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de maio de 1990.

JÚLIO CELSO OTANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de maio de 1990.

ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.869, DE 24 DE MAIO DE 1.990.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 100.000,00 (CEM MIL CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

LEI MUNICIPAL Nº 1.841/90 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1.404/90.

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
15814860.00 - Assistência Social Geral.
3.1.3.2 - Outros serviços e Encargos.....(+)Cr$ 100.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO- Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 24 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 24 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.870, DE 24 DE MAIO DE 1.990.

"Declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos dos Bairros Flôr do Vale, Jaraguá e Água Quente."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE AMIGOS DOS BAIRROS FLÔR DO VALE, JARAGUÁ E ÁGUA QUENTE.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 24 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 24 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.871, DE 30 DE MAIO DE 1990.

"Estende benefícios da Lei nº 1.330, de 25 de janeiro de 1985."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica assegurado aos funcionários estaduais colocados ou que venham a ser colocados à disposição da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA do Município de Tremembé, o disposto na Lei Municipal nº 1.330, de 25 de janeiro de 1985.

§ 1º - A gratificação de que trata esta lei somente será concedida ao funcionário ocupante de cargo cuja remuneração seja superior à do seu cargo original.

§ 2º - Perderá automáticamente o benefício o funcionário cujo salário original ultrapassar aquele que vem recebendo na Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, em decorrência de reajuste salarial dos funcionários estaduais.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 1990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de maio de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de maio de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.872, DE 07 DE JUNHO DE 1990.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "AVENIDA DOUTOR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES" o trecho do antigo leito da Estrada de Ferro Central do Brasil, hoje Rede Ferroviária Federal S/A., compreendido entre a Rua Antonio Lourenço Xavier, no centro da cidade, e a Rua Santo Antonio, na Vila Santo Antonio, com a extensão aproximada de 1.040 metros e uma largura média de 9,00 metros.

PARÁGRAFO ÚNICO - Das placas denominativas constarão os seguintes dizeres:

"AVENIDA DOUTOR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES"
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de junho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de junho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.873, DE 07 DE JUNHO DE 1990.

"Dispõe sobre alteração de salários."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os salários dos Inspetores de Alunos contratados na forma do Convênio PROMDEPAR, assinado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e a Secretaria da Educação, passam a ser pagos pela Referência "02" - Grau "A", constante do ANEXO I - Tabela Única de Vencimentos, Salários e Remuneração de que trata a Lei Municipal nº 1.862, de 09 de maio de 1990.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1990.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de junho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de junho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.874, DE 07 DE JUNHO DE 1990.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 33.930.000,00 (TRINTA E TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E TRINTA MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

1.	LEGISLATIVO	
1.1	CORPO LEGISLATIVO	
01010012.01	- Manutenção dos Trabalhos Legislativos.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$	2.000.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$	300.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	300.000,00
1.2	SECRETARIA	
01010212.02	- Manutenção dos Serviços da Secretaria.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$	2.000.000,00
3.1.1.3	- Obrigações Patronais.....(+)Cr$	30.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$	300.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	300.000,00
2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
03070202.05	- Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$	300.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$	500.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	500.000,00
04160802.10	- Manutenção das Atividades do Convênio entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e a Casa da	

Agricultura (Lei Municipal nº 1.219, de 08/09/83).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 200.000,00

15814872.11 - Manutenção das Atividades do Serviço de Assistência Social - (F.S.S.).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 400.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00

03070212.12 - Manutenção das Atividades do Serviço de Relações Públicas.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 200.000,00

5. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

5.1 ADMINISTRAÇÃO

03070212.14 - Manutenção das Atividades da Assessoria Administrativa.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 200.000,00

5.1.1 SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

03070212.15 - Manutenção das Atividades do Serviço de Administração de Pessoal. (Setor de Pessoal: Seção de Recrutamento e Seleção - Seção de Folha de Pagamento - Seção de Encargos Sociais).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 300.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 200.000,00

5.1.2 SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO

03070212.16 - Setor de Segurança do Patrimônio.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 100.000,00

03070212.16 - Setor de Compras (Seção de Cadastro de Bens Patrimoniais e Seção de Licitações).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

03070212.16 - Setor de Almoxarifado.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 300.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 200.000,00

5.1.3 SERVIÇO DE ATIVIDADES GERAIS

03070212.17 - Setor de Protocolo.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 100.000,00
03070212.17 - Seção de Limpeza e Copa.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 300.000,00
03070212.17 - Seção de Telefonia.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 200.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 100.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 100.000,00
6. ASSESSORIA DE FINANÇAS
6.1 ADMINISTRAÇÃO
03080302.18 - Manutenção das Atividades da Assessoria Financeira.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 300.000,00
6.1.1 SERVIÇO DE FINANÇAS
03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Contabilidade. (Seção de Empenhos - Seção de Escrituração Contábil - Seção de Tesouraria).
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 400.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 400.000,00
03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Tributação. (Seção de Cadastro Imobiliário - Seção de Cadastro Mobiliário - Seção de Fiscalização Tributária - Seção de IPTU e Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas - Seção de Diversos Tributos - Seção de Dívida Ativa).
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 400.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 200.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00
7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08421882.21 - Manutenção das Atividades do Serviço de Educação e Cultura: Setor de Educação e Ensino - Seção de Ensino de 1º Grau - ER.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 300.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 200.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 200.000,00
08421881.05 - Construção de prédio escolar no Bairro da Maristela.

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 1.000.000,00
08421902.22 - Setor de Educação e Ensino (Seção de Educação Pré-Escolar).
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 200.000,00
08424272.23 - Setor de Educação e Ensino (Seção de Merenda Escolar). Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 300.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 2.000.000,00
08482472.24 - Seção de Atividades Culturais e Festas.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 200.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00
08482472.25 - Seção de Fanfarras e Bandas.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 200.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 200.000,00
08462281.10 - Seção de Esportes e Turismo.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 300.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 300.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00
08462281.11 - Prosseguimento de Obra: Centro de Lazer do Trabalhador.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 1.000.000,00
08482472.26 - Seção de Biblioteca.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 200.000,00
8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS
8.1.1 SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO
03070212.29 - Manutenção das Atividades do Serviço de Obras Públicas e Viação - Setor de Transporte - Seção de Oficina.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00
10583472.30 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Fábrica de Pré-Moldados.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 200.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 200.000,00

03915732.32 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Trânsito.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00
16885342.33 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Estradas Rurais.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00
13764481.17 - Construção de Galerias de Águas Pluviais.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 1.000.000,00
8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS
10603252.35 - Seção de Limpeza Pública.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 700.000,00
03070212.36 - Seção de Manutenção, Arborização e Conservação de Próprios Municipais, Praças, Parques e Jardins.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00
10583231.22 - Construção e Conservação de muros e passeios em próprios municipais.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 500.000,00
03070211.20 - Conservação e Manutenção de imóveis recebidos e concedidos em comodato.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00
03070212.37 - Seção de Fiscalização de Posturas.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 100.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 100.000,00
10603261.26 - Obras: Construção, Ampliações e Reformas de Cemitérios e Velórios.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 500.000,00
9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.39 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00
13754282.48 - Repasse de Recurso Financeiro a AMUSA - Tremembé-SP.
3.2.1.1 - Transferências Operacionais.....(+)Cr$ 3.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.842/90 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1.405/90.

7. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU
08421880.00 - Ensino Regular.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 100.000,00

CRÉDITO ESPECIAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.854/90 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1.427/90.

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08421880.00 - Ensino Regular.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 50.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 50.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de junho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de junho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.875, DE 22 DE JUNHO DE 1990.

"Dispõe sobre extinção, alteração de referências e criação de empregos na Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam extintos do Quadro de Servidores da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA de Tremembé, os seguintes empregos e/ou funções:

- 10 (DEZ) AUXILIAR GERAL - REFERÊNCIA "01".
- 01 (UM) SUPERVISOR ADMINISTRATIVO - 4 hrs - REFERÊNCIA "25".
- 01 (UM) SUPERVISOR DE SAÚDE - 4 hrs - REFERÊNCIA "25".
- 01 (UM) SUPERVISOR DE APOIO TÉCNICO - 4 hrs - REFERÊNCIA "25".

ARTIGO 2º - Os seguintes empregos constantes do ANEXO II, da Lei Municipal nº 1.814, de 17 de novembro de 1989, alterado pela Lei Municipal nº 1.832, de 28 de dezembro de 1989, passam para as seguintes referências:

- 04 (QUATRO) RECEPCIONISTA - 8 hrs - REFERÊNCIA "13";
- 15 (QUINZE) VISITADOR SANITÁRIO - 8 hrs - REFERÊNCIA "14";
- 02 (DOIS) PSICÓLOGO - 4 hrs - REFERÊNCIA "27";
- 06 (SEIS) DENTISTA - 4 hrs - REFERÊNCIA "27";
- 01 (UM) AUXILIAR DE COMPRAS - 8 hrs - REFERÊNCIA "17".

ARTIGO 3º - O Quadro de Servidores da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA do Município de Tremembé, fica acrescido dos seguintes empregos:

- 02 (DOIS) AUXILIAR DE SERVIÇO - 8 hrs - REFERÊNCIA "03";
- 08 (OITO) AUXILIAR DE ENFERMAGEM - 8 hrs - REFERÊNCIA "14";
- 01 (UM) ENFERMEIRA-CHEFE - 8 hrs - REFERÊNCIA "29";
- 01 (UM) MÉDICO - 24 hrs p/sem - REFERÊNCIA "32";
- 01 (UM) AUXILIAR DA SEÇÃO DE PESSOAL - 8 hrs - REFERÊNCIA "18";
- 01 (UM) ALMOXARIFE - 8 hrs - REFERÊNCIA "17";
- 01 (UM) CHEFE DA SEÇÃO DE CADASTRO - 8 hrs - REFERÊNCIA "18";
- 03 (TRÊS) AUXILIAR DE DENTISTA - 8 hrs - REFERÊNCIA "11".

ARTIGO 4º - O emprego de MÉDICO PLANTONISTA DIURNO - 12 hrs p/semana - REFERÊNCIA "20", constante do Quadro de Servidores da AMUSA, passa para a seguinte denominação e referência:

- MÉDICO PLANTONISTA - 12 hrs p/sem - REFERÊNCIA "23".

ARTIGO 5º - O emprego de MÉDICO PLANTONISTA NOTURNO - 12 hrs p/semana - REFERÊNCIA "21", constante do Quadro de Servidores da AMUSA, passa para a seguinte denominação e referência:

- MÉDICO PLANTONISTA - 12 hrs p/sem - REFERÊNCIA "23".

ARTIGO 6º - As despesas com a execução desta lei onerarão as verbas orçamentárias próprias da Autarquia, suplementadas se necessário.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor a 1º de junho de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de junho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de junho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.876 DE 22 DE JUNHO DE 1.990.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS

8.1.1 SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO

10583232.34 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Vias Públicas.

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 5.000.000,00

13764481.17 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Vias Públicas. (Construção de Galerias e Águas Pluviais).

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 5.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de junho de 1.990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de junho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.877, DE 22 JUNHO DE 1.990.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 4.760.000,00 (QUATRO MILHÕES E SETECENTOS E SESSENTA MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

5. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA
5.1.1 SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
03070212.15 - Manutenção das Atividades do Serv. de Administração de Pessoal. (Setor de Pessoal: Seção de Recrutamento e Seleção - Seção de Folha de Pagamento - Seção de Encargos Sociais).
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 460.000,00
6. ASSESSORIA DE FINANÇAS
6.1.1 SERVIÇO DE FINANÇAS
03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Contabilidade.(Seção de Empenhos - Seção de Escrituração Contábil - Seção de Tesouraria).
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Pemanente.....(+)Cr$ 300.000,00
9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
13754282.48 - Repasse de Recurso Financeiro a AMUSA - Tremembé - SP.

3.2.1.1 - Transferências Operacionais.....(+)Cr$ 4.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de junho de 1.990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de junho de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.878, DE 22 DE JUNHO DE 1.990.

"Dispõe sobre alteração de referência".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O cargo de Chefe da Seção de Empenho - Referência "28", constante do anexo II, da Lei Municipal Nº 1.743, de 26 de abril de 1989, passa para a seguinte referência:
- Chefe de Seção de Empenho - Referência "29".

ARTIGO 2º - As despesas com a execução desta lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro de 1990.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de junho de 1.990.

Júlio Celso Otani
Prefeitura Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de junho de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.879, DE 27 DE JUNHO DE 1.990.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente :

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08482472.24 - Seção de Atividades Culturais e festas.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 6.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - o ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de junho de 1.990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de junho de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

«CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA»

Rua Senhor Bom Jesus, 145 - Tel. 72-1156 - CEP 12.120 - Tremembé - S. P.

L E I Nº 1.880, DE 1º DE JULHO DE 1990.

"Dispõe sobre a exploração de minerais definidos pela legislação federal como integrantes da Classe II e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 47, § 7º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - A exploração de minerais definidos pela legislação federal como integrantes da Classe II, na bacia do Rio Paraíba do Sul, no Município de Tremembé, fica sujeita à prévia fixação de diretrizes, aprovação de projetos e concessão de licença pela Prefeitura Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A exploração não será permitida:

I - em áreas de preservação permanente conforme Lei 7.803/89, Artigos 2º e 3º do Código Florestal;

II - em área de proteção de mananciais e de proteção ambiental, constantes em Lei Federal, Estadual ou Municipal;

III - em áreas que comprometam bens de interesse histórico, arqueológico e turístico;

IV - em áreas que comprometam os sistemas de comunicação, transportes e abastecimento;

V - em áreas para as quais existam planos, projetos ou obras de aproveitamento hidroagrícola por parte do Estado;

VI - em áreas passíveis de erosão acelerada das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;

VII - em braços mortos de rios e ilhas;

VIII - em áreas a menos de 500 metros da divisa do Município;

IX - em áreas que afetem direta ou indiretamente setores urbanizados ou loteamentos aprovados;

X - nos trechos dos cursos d'água a menos de 500 metros à montante e à jusante das obras de arte e outras estruturas hidráulicas.

ARTIGO 2º - O licenciamento da atividade está sujeito ao cumprimento de exigências estabelecidas em fases distintas, na seguinte ordem cronológica:

I - Consulta;

II - Solicitação de Diretrizes;

III - Aprovação do Projeto Específico;

IV - Licença/Inscrição Municipal.

DA CONSULTA

ARTIGO 3º - A consulta deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Requerimento contendo a descrição da atividade pretendida;

II - planta na escala 1.25000 com a localização' da área objeto da implantação da mina pretendida.

DAS DIRETRIZES

ARTIGO 4º - O pedido de Diretrizes a ser analisado pelas Secretarias de Planejamento, de Meio Ambiente, de Obras e Viação, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia da consulta de uso e ocupação do solo;

II - fotos de áreas objeto da mina que permitam uma perfeita visualização da sua realidade atual;

III - duas (2) vias da cópia do levantamento aerofotogramétrico fornecido pelo IGC na escala 1:10.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros, acrescidas das seguintes informações:

a) localização da área da mina pretendida;

b) localização de obras públicas, linhas de transmissão , comunicação e transportes, existentes num raio de 1 Km a partir da divisa da propriedade ou do empreendimento;

c) rota de caminhões proposta.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Prefeitura expedirá Diretrizes solicitadas dentro do prazo de 30 dias úteis, contados da data de protocolo do pedido, que contarão com avaliação de 180 dias.

DO PROJETO ESPECÍFICO

ARTIGO 5º - Para análise do projeto de aprovação deverão ser fornecidos os seguintes documentos:

I - título de propriedade ou documento que comprove a autorização do proprietário quando couber;

II - planta planialtimétrica na escala 1:1.000, contendo a área da mina e suas instalações;

III - licença de instalação da CETESB;

IV - parecer do DAEE quando a mina estiver localizada nas várzeas do Rio Paraíba do Sul, onde existam projetos ou obras de aproveitamento hidroagrícolas por parte do Estado;

V - plano de aproveitamento econômico da jazida;

VI - plano de recuperação da área;

VII - cópia do Relatório de Impacto Ambiental aprovado pela Secretaria do Meio Ambiente;

VIII - Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) de profissional legalmente habilitado na área de mineração - CREA;

IX - perfil batimétrico de cinqüenta em cinqüenta metros ou perfil de sondagem da área a ser explorada;

X - Projeto Técnico de Implantação e Instalação da mina em escala 1:100;

XI - Memoriais Descritivos dos projetos;

XII - cronograma físico das atividades previstas;

XIII - delimitação e dimensionamento da jazida a ser explorada;

XIV - descrição do método de mineração a ser adotado, bem como referência à escala de produção prevista inicialmente e à sua projeção.

DA IMPLANTAÇÃO DA MINA:

ARTIGO 6º - Deverão ser observados:

I - distância mínima de 200 metros das margens do rio ou de outra lavra;

II - cada lavra não poderá exceder a área mínima de 20.000 m² sem obrigatoriedade de recomposição do solo;

III - fica proibida a deposição de materiais nocivos à saúde, a título de reaterro, nas áreas oriundas de mineração;

IV - não poderão ser afetadas direta ou indiretamente as propriedades físicas, químicas ou biológicas dos cursos d'água existentes que cortem as propriedades próximas a estas;

V - deverão ser mantidas todas as condições de higiene da mina e dos respectivos trabalhos;

VI - não será permitida a construção de barragens de pedra ou similares, ou abertura de poços no leito do rio para retenção de areia;

VII - fica vedado o recalque da areia dragada próximo às margens do rio;

VIII - não será permitida a abertura de canais laterais de outro meio que provoque o desvio do leito natural do rio;

IX - deverá a mineradora proceder à fixação de marcos de concreto da área da mina com as respectivas coordenadas cartesianas no sistema de Projeção Plano-Retangular UTM fuso 23,045 WGR referência do Elipsoid Internacional de Hayford.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todos os marcos referidos, bem como os existentes deverão ser mantidos pela empresa em condições de fácil acesso e verificação.

I - não será permitido o acesso à mina que utilize o sistema viário interno de áreas residenciais;

II - fica vedada a extração mineral nas áreas envoltórias dos hospitais, clínicas de repouso, num raio não inferior a 1 Km;

III - o Projeto de Instalações deverá abranger áreas de exploração e elaborado de acordo com as normas do Código Sanitário do Estado de São Paulo.

ARTIGO 7º - DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA:

I - O Plano de Recuperação deverá especificar as medidas para sua reabilitação, abrangendo a área de exploração e seu entorno;

II - A área de entorno engloba a faixa de preser

vação permanente marginal ao rio e a faixa que separa uma mina da outra;

III - O Plano de Recuperação é parte integrante do cronograma físico de exploração;

IV - O Plano de Recuperação da área deverá especificar medidas de proteção contra a contaminação das águas superficiais e de subsolo.

ARTIGO 8º - Após a aprovação dos projetos de extração e de recuperação será expedida a Licença Específica.

DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO/INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

ARTIGO 9º - Os pedidos de funcionamento e Inscrição Municipal deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - Assentimento do Ministério da Marinha no caso de terrenos que são de domínio ou margens de correntes públicas acompanhado do cumprimento das exigências da Portomarinst 31 01-A, Capítulo V, ítem 2.2, sub-ítens b, c, d, e;

II - contrato de concessão do DNOS, no caso de extração em leitos de rios por este beneficiados;

III - Licença de funcionamento da CETESB;

IV - Registro da Licença Específica no DNPM com respectiva publicação no Diário Oficial da União.

ARTIGO 10 - A validade do Alvará de Funcionamento está condicionada:

I - à apresentação periódica dos levantamentos batimétricos em prazos não superiores a seis meses;

II - cumprimento do Plano de Recuperação;

III - parecer técnico sobre a situação ambiental

do empreendimento, fornecido pelo órgão Estadual competente.

DA GARANTIA:

ARTIGO 11 - O minerador deverá caucionar importância cujo valor transformado em MVR ou eventual indicador que a legislação federal venha a dispor em sua substituição, correspondente à previsão semestral orçada pelo Plano de Recuperação da área.

§ 1º - A garantia a que se refere este artigo será oferecida pelo minerador dentre as especificadas nos incisos adiante:

I - dinheiro;

II - título da dívida pública do Estado ou da União;

III- fiança bancária;

IV - seguro garantia;

V - bens móveis no Município de Tremembé, devidamente registrados no cartório competente e avaliados por técnicos da Prefeitura.

§ 2º - Se durante a extração for constatado que o valor da garantia é suficiente para a execução do Plano de Recuperação, a Prefeitura notificará o minerador para complementar a diferença apurada, no prazo de 30 dias, a contar da data de notificação, sob pena de, se não recolhidas, ser o valor lançado e inscrito em dívida ativa para cobrança judicial e suspensas as atividades de extração.

§ 3º - A caução depositada não vencerá juros de qualquer espécie.

ARTIGO 12 - Decorrido o prazo fixado no Plano de Recuperação da área, o minerador perderá em favor do Município a importância total caucionada, correspondente às obras não executadas.

ARTIGO 13 - Constituído e formalizado o instrumento de caução, os projetos e demais documentos serão submetidos à aprovação da Prefeitura, para posterior registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do instrumento de caução constarão obrigatoriamente todas as exigências legais quanto à execução do Plano de Recuperação da área.

ARTIGO 14 - Será de responsabilidade do minerador a indenização por eventuais danos causados ao meio ambiente e aos bens patrimoniais existentes na área de Recuperação ou próximos a esta.

ARTIGO 15 - Fica a Prefeitura autorizada a celebrar convênios com órgãos ou empresas públicas para o fiel cumprimento desta lei.

DA FISCALIZAÇÃO:

ARTIGO 16 - A fiscalização das disposições constantes desta lei será de competência da Prefeitura Municipal.

DAS PENALIDADES:

ARTIGO 17 - Havendo infringência dos dispositivos da presente lei e de seu regulamento, os infratores ficarão sujeitos aos seguintes procedimentos e penalidades, respeitando as legislações Estadual e Federal pertinentes:

I - notificação por escrito, em que o infrator será notificado para cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei e tomar conhecimento da legislação vigente;

II - intimação por escrito com prazo estipulado, dependendo do grau para sanar as irregularidades;

III - multa de a , ficando o infrator responsável a assinar um TAC (Termo de Acordo e Compromisso), com prazo estipulado, no sentido de eliminar o risco ou irregularidade, cumprindo assim as exigências determinadas;

IV - suspensão da atividade até a correção das irregularidades, salvo casos reservados à competência da União;

V - cassação de alvarás e licenças concedidas / pelos órgãos competentes do Executivo Municipal, em atendimento a parecer técnico emitido por Assessoria Técnica.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo serão objeto de especificação em regulamento, de forma a compatibilizar a penalidade com a infração cometida, levando-se em consideração sua natureza, gravidade e conseqüência para a coletividade.

§ 2º - No caso de reincidência as multas poderão, a critério do Executivo Municipal, ser aplicadas em dobro e assim sucessivamente.

ARTIGO 18 - Ao infrator, punido com as sanções previstas nos ítens III, IV e V do artigo 17, caberá recurso no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de recepção do aviso de penalidade, a ser enviado através de carta registrada, com Aviso de Recebimento - A.R. .

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso do inciso III do artigo 17 o recorrente será obrigado a depositar aos cofres do Município o valor da multa objeto do recurso.

ARTIGO 19 - Os recursos não terão efeito suspensivo, sendo conhecidos quando acompanhados, em caso de multa, da cópia autenticada da Guia de Recolhimento ou fiança bancária, nos casos definidos no Regulamento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

ARTIGO 20 - As exigências previstas nesta Lei ampliam-se igualmente a todo projeto de iniciativa do Poder Público ou de entidades por este mantidas, que se destinam à implantação no Município.

ARTIGO 21 - Para efeitos do disposto nesta lei, entendem-se:

JAZIDA - Toda massa individualizada de substância

mineral ou fóssil, aflorando à superfície ou existente no interior da Terra e que tenha valor econômico.

LAVRA - Conjunto de operações ordenadas objetivando o aproveitamento industrial de Jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver até o beneficiamento das mesmas.

MINA - A jazida em lavra, ainda que suspensa.

MINERAIS DE CLASSE II - Jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil.

ARTIGO 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 1º DE JULHO DE 1990.

ARMANDO IORI
Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Tremembé, em 1º de julho de 1990.

GENI DE FÁTIMA COELHO QUEIROZ
Diretora Geral

L E I Nº 1.881, DE 10 DE JULHO DE 1990.

"Dispõe sobre concessão de bolsas de estudo aos servidores municipais e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Aos servidores da Prefeitura e Câmara Municipal de Tremembé que estejam frequentando curso de nível superior, serão concedidas Bolsa de Estudo.

ARTIGO 2º - As Bolsas de Estudo cobrirão 60% (SESSENTA POR CENTO) do valor das despesas efetuadas pelo servidor com matrícula e mensalidades, mediante reembolso.

ARTIGO 3º - O reembolso deverá ser feito mensalmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir da apresentação da cópia repográfica do comprovante de pagamento, junto à Tesouraria da Prefeitura.

ARTIGO 4º - O valor a ser reembolsado aos servidores será calculado sobre o valor da despesa vigente na data de seu vencimento, não sendo considerados juros ou multas e outros acréscimos incidentes sobre a mesma.

ARTIGO 5º - O Poder concessor, dentro do possível, alocará o servidor estudante em áreas de trabalho compatíveis e relacionadas com o correspondente curso.

ARTIGO 6º - A Bolsa de Estudo a que se refere a presente Lei será concedida somente para um único curso e uma única vez, proibida, expressamente, uma nova concessão para outros cursos, mesmo que em exercícios diferentes.

ARTIGO 7º - Não se concederá Bolsa de Estudo ao servidor que:

I - seja beneficiário de outras bolsas;

II - houver sido reprovado em no mínimo 03 (três) matérias no ano anterior;

III - não obtiver, no mínimo, 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) de frequência no ano letivo anterior;

IV - manifestar-se expressamente contrário ao recebimento da Bolsa de Estudo;

V - deixar de ser servidor municipal, ainda que, temporariamente, por período igual ou superior a 03 (três) meses;

VI - tenha sofrido, no decorrer do exercício referente à concessão, sanção disciplinar de caráter administrativo ou delito previsto na legislação penal vigente;

VII - tiver, durante o exercício anterior ao da concessão da Bolsa, mais de 12 (doze) faltas injustificadas ao trabalho.

ARTIGO 8º - As despesas previstas no artigo 2º desta Lei, já efetuadas pelo servidor no corrente exercício, serão reembolsadas sem qualquer atualização monetária, até, no máximo, 15 (quinze) dias da data da promulgação desta lei, obedecendo-se o percentual referido no artigo 2º.

ARTIGO 9º - As despesas com a execução da presente lei, correrão por. conta de dotação orçamentária própria da Administração, suplementada quando necessário.

ARTIGO 10 - Fica revogada, em todos os seus termos, a Lei Municipal nº 817, de 16 de outubro de 1972, que dispunha sobre a matéria.

ARTIGO 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 10 de julho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 10 de julho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.882, DE 10 DE JULHO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 2.200.000,00 (DOIS MILHÕES E DUZENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

6. ASSESSORIA DE FINANÇAS

6.1.1 SERVIÇO DE FINANÇAS

03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Tributação.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 700.000,00

8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS

8.1.1 SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO

10583232.34 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Vias Públicas.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS

03070211.20 - Conservação e Manutenção de imóveis recebidos e concedidos em comodato.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 10 de julho de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 10 de julho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.883, DE 23 DE JULHO DE 1.990.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 59.900.000,00 (CINQUENTA E NOVE MILHÕES E NOVECENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
03070202.05	- Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		700.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$		500.000,00
03070212.07	- Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		500.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$		100.000,00
04160802.10	- Manutenção das Atividades do Convênio entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e a Casa da Agricultura (Lei Municipal nº 1.219, de 08/09/83)		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		200.000,00
15814872.11	- Manutenção das Atividades do Serviço de Assistência Social - (F.S.S.).		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		500.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$		500.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$		500.000,00

03070212.12 - Manutenção das Atividades do Serviços de Relações Públicas.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 100.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00

4. ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

4.1 ADMINISTRAÇÃO

03070212.13 - Manutenção das Atividades da Assessoria de Assuntos Jurídicos.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 200.000,00

5. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

5.1 ADMINISTRAÇÃO

03070212.14 - Manutenção das Atividades da Assessoria Administrativa.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 100.000,00

5.1.1 SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

03070212.15 - Manutenção das Atividades do Serv. de Administração de Pessoal (Setor de Pessoal: Seção de Recrutamento e Seleção - Seção de Folha de Pagamento - Seção de Encargos Sociais).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 400.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 100.000,00

5.1.2 SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO

03070212.16 - Manutenção das Atividades do Serviço de Recursos Materiais e Patrimônio: Setor de Segurança do Patrimônio.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 2.000.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

03070212.16 - Setor de Compras (Seção de Cadastro de Bens Patrimoniais e Seção de Licitações).

3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		600.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$		500.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$		500.000,00
03070212.16	- Setor de Almoxarifado.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		500.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$		100.000,00
5.1.3	SERVIÇO DE ATIVIDADES GERAIS		
03070212.17	- Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Gerais: Setor de Protocolo.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		500.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$		100.000,00
03070212.17	- Seção de Limpeza e Copa.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		500.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$		500.000,00
03070212.17	- Seção de Telefonia		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		500.000,00
6.	ASSESSORIA DE FINANÇAS		
6.1.1	SERVIÇO DE FINANÇAS		
03080322.19	- Manutenção dos Serviços do Setor de Contabilidade. (Seção de Empenhos - Seção de Escrituração Contábil - Seção de Tesouraria).		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		1.500.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$		1.000.000,00
03080322.19	- Manutenção dos Serviços do Setor de Tributação. (Seção de CAdastro Imobiliário - Seção de Cadastro Mobiliário - Seção de Fiscalização Tributária - Seção de IPTU e Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas - Seção de Diversos Tributos - Seção de Dívida Ativa.)		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cr$		1.800.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cr$		500.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$		1.500.000,00
7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1	ADMINISTRAÇÃO		
03420212.20	- Manutenção das Atividades da Assessoria de Educação		

e Cultura.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 100.000,00

7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08421882.21 - Manutenção das Atividades do Serviço de Educação e Cultura: Setor de Educação e Ensino - Seção de Ensino de 1º Grau - ER.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

08421881.06 - Prosseguimento de Obra: reformas e ampliações em prédios escolares pertencentes ao patrimônio municipal.

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 2.000.000,00

08421902.22 - Setor de Educação e Ensino(Seção de Educação Pré-Escolar).

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

08482472.24 - Seção de Atividades Culturais e Festas.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 2.000.000,00

08482472.25 - Seção de Fanfarras e Bandas

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 300.000,00

08462281.10 - Seção de Esportes e Turismo.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00

08482472.26 - Seção de Biblioteca.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 300.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 100.000,00

8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS

8.1.1 SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO

10583232.28 - Manutenção das Atividades do Serviço de Obras Públicas e Viação - Setor de Aprovação de Projetos,

Loteamentos e Atendimentos a Processos - Seção de Fiscalização de Obras Particulares.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 800.000,00

03070212.29 - Setor de Transporte - Seção de Oficina.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00

10583472.30 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Fábrica de Pré-Moldados.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 300.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00

03915732.32 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Trânsito.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

16885342.33 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Estradas Rurais.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 2.000.000,00

10583232.34 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Vias Públicas.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 3.000.000,00

8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS

10603252.35 - Setor de Serviços Urbanos: Seção de Limpeza Pública.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

03070212.36 - Seção de Manutenção, Arborização e Conservação de Próprios Municipais, Praças, Parques e Jardins.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00

03070211.20 - Conservação e Manutenção de imóveis recebidos e concedidos em comodato.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

10603281.23 - Construção de Praças, parques e jardins e construção de coretos em praças, parques e jardins.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

10603262.38 - Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Urbanas: Setor de Serviços urbanos: Seção de Serviços Funerários e Cemitérios.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 200.000,00

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

15824952.58 - Encargos com Inativos

3.2.5.1 - Inativos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

15844942.60 - Contribuição ao PASEP.

3.2.8.0 - Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público = PASEP.....(+)Cr$ 1.000.000,00

03070212.39 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 2.000.000,00

13754282.48 - Repasse de Recurso Financeiro a AMUSA - Tremembé - SP.

3.2.1.1 - Transferências Operacionais.....(+)Cr$ 5.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.841/90 e DECRETO MUNICIPAL Nº 1.404/90.

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

15814860.00 - Assistência Social Geral.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.842/90 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1.405/90.

7. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU

08421880.00 - Ensino Regular.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de julho de 1.990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de julho de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.884, DE 23 DE JULHO DE 1990.

"Cria a Unidade Fiscal do Município - UFM de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criada através desta lei, a UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - UFM de Tremembé, que servirá de base para a cobrança de tributos, multas e outras rendas municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da UFM fica fixado em Cr$ 2.000,00 (DOIS MIL CRUZEIROS), o qual será corrigido mensalmente pela variação do BTN/mês.

ARTIGO 2º - Nas leis e decretos do Executivo já editadas, onde se lê "MAIOR VALOR DE REFERÊNCIA - MVR" leia-se doravante, "UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO".

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de julho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de julho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.885, DE 23 DE JULHO DE 1990.

"Dá nova redação ao artigo 2º da Lei Municipal nº 1.234, de 22 de novembro de 1983 e altera redação do artigo 18, da Lei Municipal nº 1.568, de 08 de dezembro de 1987."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.234, de 22 de novembro de 1983, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 1.833, de 29 de dezembro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbano e a Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas, serão pagos em Bônus do Tesouro Nacional - BTN, ou outra unidade fiscal em vigor na época da cobrança."

ARTIGO 2º - O artigo 18, da Lei Municipal nº 1.568, de 08 de dezembro de 1987, alterado pela Lei Municipal nº 1.833, de 29 de dezembro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 18 - Após obtido o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas, serão os mesmos divididos pela unidade fiscal vigente no município, ou seja, Bônus do Tesouro Nacional - BTN, ou outra em vigor a 1º de dezembro do ano anterior a que se referir o lançamento, para apuração da quantidade de BTN a ser paga, a saber:

a)- à vista, até o dia 15 do mês de seu vencimento, com o valor da BTN do dia 1º, com desconto de 10% (DEZ POR CENTO);

b)- à prazo, em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, até o

dia 15 de cada mês, com o valor da BTN vigente no dia 1º do mês respectivo;

c)- a qualquer tempo poderá o contribuinte liquidar o seu débito com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas, junto aos cofres municipais, desde que o faça com o valor do BTNF, vigente na data de seu pagamento."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de julho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de julho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.886, DE 23 DE JULHO DE 1990.

"Dá nova redação ao artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.822, de 1º de dezembro de 1989."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.822, de 1º de dezembro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - Para todos e quaisquer débitos fiscais com os cofres municipais vencidos a partir de 1º de julho de 1989, divide-se o valor original do débito pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN, vigente no dia 1º do mês de seu vencimento, multiplicando-se o resultado pelo BTNF vigente na data de seu pagamento."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de julho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de julho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.887, DE 23 DE JULHO DE 1990.

"Autoriza as Associações de Pais e Mestres a locar espaço para propaganda na forma que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREAEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - As Associações de Pais e Mestres (APMs) das Escolas Estaduais, lotadas em próprios municipais, ficam autorizadas a locar, para propaganda, o espaço dos muros dos respectivos prédios.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam as APMs, isentas de quaisquer tributos incidentes sobre tais propagandas.

ARTIGO 2º - A propaganda mencionada no artigo anterior poderá ser de qualquer espécie, proibidas as de caráter político, as referentes a bebidas, cigarros e outros produtos nocivos à saúde, bem como as que divulguem jogos ou diversões que atentem contra os bons costumes.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de julho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de julho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.888, DE 23 DE JULHO DE 1990.

"Autoriza aditamento ou reti-ratificação ao convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social, para TÊRMINO de construção do NÚCLEO DE PROMOÇÃO SOCIAL, na sede do Município de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé autorizada a celebrar termos de aditamento ou reti-ratificação ao Convênio celebrado em 11/12/1984, com a Secretaria de Estado da Promoção Social de São Paulo, para Término de Construção do Núcleo de Promoção Social na sede do Município.

ARTIGO 2º - Os serviços a serem executados para término da obra de que trata o artigo anterior, serão efetivados em próprio Municipal, à Rua Lorena, nº 80, no Parque Nossa Senhora da Glória, nesta localidade.

ARTIGO 3º - O Núcleo de Promoção Social destina-se exclusivamente ao atendimento de população carente em faixa etária própria para desenvolvimento de:

a)- programas da Secretaria de Estado da Promoção Social e da Prefeitura Municipal;

b)- programas públicos e privados e atividades de interesse da comunidade referentes aos setores de promoção social, saúde e nutrição, recreação e lazer.

ARTIGO 4º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura dos créditos especiais que se fizerem necessários.

TIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
vogadas as disposições em contrário.
nicipal de Tremembé, 23 de julho de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Regis5trada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de julho de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.889, DE 08 DE AGOSTO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

08462281.11 - Prosseguimento de Obra: Centro do Lazer do Trabalhador.

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 3.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de agosto de 1.990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de agosto de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.890, DE 08 DE AGOSTO DE 1990.

"Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo, visando a conclusão das obras do Ginásio de Esportes de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, bem como assinar os respectivos termos aditivos posteriores, visando a conclusão das obras do Ginásio de Esportes do Município de Tremembé.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de créditos especiais a serem abertos posteriormente.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de agosto de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de agosto de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.891, DE 14 DE AGOSTO DE 1.990.

"Dispõe sobre a criação de estacionamento regulamentado de veículos nos locais que especifica e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado pela presente lei, a instituir o sistema de estacionamento regulamentado de veículos, no Município de Tremembé, nas seguintes vias e logradouros públicos:

I - Rua Senhor Bom Jesus;

II - Rua Nossa Senhora da Glória;

III - Rua São Francisco;

IV - Praça Geraldo Costa;

V - Rua Ismael Dias da Silva, no trecho compreendido entre as Ruas São Francisco e Nossa Senhora da Glória;

VI - Rua Costa Cabral, no trecho compreendido entre as Ruas São Francisco e Nossa Senhora da Glória;

VII - Rua Cel. Alexandre Montero Patto, no trecho compreendido entre as Ruas São Francisco e Nossa Senhora da Glória.

§ 1º - Os usuários do estacionamento regulamentado nos locais especificados neste artigo ficam sujeitos ao pagamento do preço a ser fixado pelo Executivo.

§ 2º - O pagamento pela utilização de estacionamento regulamentado somente será devido no horário das 8:00 às 18:00 horas, excetuando-se sábados, domingos e feriados.

§ 3º - São isentos do pagamento a que se refere este artigo:

I - os veículos oficiais da União, dos Estados e dos Municípios, bem como de suas autarquias;

II - os veículos de transportes de passageiros e de cargas, quando estacionados nos locais a eles destinados pela Municipalidade, para os fins

estabelecidos na legislação em vigor.

ARTIGO 2º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a explorar, diretamente ou através de convênios com irmandades filantrópicas sediadas no Município, os serviços de execução, administração, cobrança e fiscalização de sinalização de trânsito e estacionamento regulamentado, na forma do disposto no Artigo 1º desta lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de celebração de convênio, dele deverão constar, dentre outras, as seguintes cláusulas:

I - prazo de vigência de 2 (dois) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

II - obrigação da conveniada de arcar com as despesas de pessoal e material necessário à administração, execução, exploração e fiscalização dos serviços;

III - obrigação da convenente de cuidar da sinalização das vias e logradouros públicos definidos como estacionamento regulamentado;

IV - competência da conveniada de arrecadar o preço fixado para a exploração do estacionamento regulamentado, bem como usufruir de parte da receita apurada, utilizando-a nas finalidades de seus estatutos e manutenção dos serviços;

V - possibilidade de denúncia do convênio por qualquer das partes, mediante manifestação,por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

ARTIGO 3º - A receita que couber à Prefeitura pela exploração dos serviços previstos nesta lei, diretamente ou através de convênio, será destinada ao Fundo Social de Solidariedade do Município , criado por lei.

ARTIGO 4º - Não caberá à Prefeitura ou à conveniada que explorar os serviços de que trata esta lei, nenhuma responsabilidade por acidentes, furtos ou danos causados aos veículos que se utilizarem do estacionamento regulamentado.

ARTIGO 5º - O Executivo Municipal fica autorizado a expedir Decreto regulamentado a presente lei e fixando o preço a

ser cobrado, na forma do Artigo 1º.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na fixação do preço a que se refere este artigo serão levados em consideração:

I - o tempo de permanência dos veículos nos locais de estacionamento, com fração mínima de 30 (trinta) minutos;

II - as condições do local de estacionamento;

III - as caracerísticas do veículo.

ARTIGO 6º - Ficam sujeitos às penalidades previstas na legislação de trânsito em vigor todos os que infringirem as normas estabelecidas na presente Lei em seu respectivo Decreto de Regulamentação.

ARTIGO 7º - O sistema de estacionamento regulamentado não se aplica a motocicletas e similares, que estarão impedidos de estacionar nas áreas demarcadas para esse fim, cabendo à Prefeitura a delimitação de locais especialmente destinados ao estacionamento de tais veículos, dentro das áreas definidas nesta lei, sem que lhes seja imposto qualquer tipo de pagamento.

ARTIGO 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 9º - Esta lei entrará em vigor na data de suas publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 14 de agosto de 1.990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 14 de agosto de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.892, DE 20 DE AGOSTO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS

8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS

10603252.35 - Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Urbanas.

Setor de Serviços Urbanos: Seção de Limpeza Pública.

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 4.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de agosto de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de agosto de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.893, DE 20 DE AGOSTO DE 1990.

"Dispõe sobre a Romaria Ciclística Tremembé a Aparecida do Norte."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A Romaria Ciclística Tremembé a Aparecida do Norte, realizada anualmente no último sábado do mês de setembro, fica considerada como evento oficial do Município.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de agosto de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de agosto de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

L E I Nº 1.894, DE 23 DE AGOSTO DE 1990.

"Dispõe sobre denominação de creche municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada "CRECHE MAMÃE ELIZA" a Creche Municipal localizada à Rua Lorena, nº 80, no Parque Nossa Senhora da Glória.

ARTIGO 2º - Das placas denominativas constarão os seguintes dizeres:

CRECHE MUNICIPAL
"MAMÃE ELIZA"

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de agosto de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de agosto de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.895, DE 23 DE AGOSTO DE 1990.

"Dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A política ambiental do Município, respeitadas as competências da União e do Estado, tem por objetivo assegurar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Tremembé, mediante a conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais, considerando o meio ambiente um patrimônio público, a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, da atual e futuras gerações.

ARTIGO 2º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - Meio Ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

II - Degradação Ambiental: alteração adversa das características ambientais necessárias para a manutenção da qualidade de vida, resultante, direta ou indiretamente, de atividades que:

a)- prejudiquem a saúde, o sossego, a segurança e o bem estar da população;

b)- afetem desfavoravelmente os recursos naturais, tais como a fauna, a flora, a água, o ar e o solo;

c)- afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

d)- lancem materiais ou energia em desacordo com os padrões e parâmetros ambientais estabelecidos pela legislação federal ou estadual vigente.

III - Agente de Degradação Ambiental: Pessoa física ou jurídica,

de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de conspurcação ou degradação ambiental.

IV - Recursos Ambientais: o ar atmosférico, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o sub-solo, os elementos da biosfera e os demais componentes dos ecossistemas, com todas as suas inter-relações, necessários à manutenção do equilíbrio ecológico.

V - Impacto Ambiental: efeitos de atividades que podem provocar perdas na qualidade dos recursos ambientais, à saúde e ao bem estar humano.

VI - Estudo de Impacto Ambiental: instrumento de identificação e prevenção de impacto ambiental, a ser realizado obedecidas as normas estabelecidas em Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

ARTIGO 3º - São Instrumentos da Política Ambiental do Município:

I - O zoneamento ambiental;

II - O Conselho Municipal da defesa do meio ambiente.

ARTIGO 4º - Fica criado, de acordo com o artigo 209 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, órgão local, integrante do Sistema Estadual do Meio Ambiente, Consultivo e de Assessoramento da Prefeitura Municipal de Tremembé, em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate a poluição ambiental.

ARTIGO 5º - O COMDEMA tem como abribuições:

I - Sugerir diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente.

II - Colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à proteção do Meio Ambiente e Município.

III - Estudar, propor normas e procedimentos visando a proteção ambiental do município, como colaboração à sua

administração.

IV - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção à flora, fauna e dos recursos naturais.

V - Opinar e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do Meio Ambiente, aos órgãos públicos, à indústria, ao comércio, à agropecuária e à comunidade.

VI - Colaborar em campanhas educacionais relativas a problemas de saneamento básico, poluição das águas, do ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e da flora.

VII - Promover e colaborar na execução de um Programa de Educação Ambiental a ser ministrado obrigatoriamente em toda a rede de ensino municipal.

VIII - Manter intercâmbio com as entidades oficiais e privadas de pesquisas e de atividades ligadas à defesa do meio ambiente.

IX - Conhecer e prever os possíveis casos de poluição que ocorram ou possam ocorrer no Município, diligenciando no sentido de sua apuração, e sugerir ao Prefeito Municipal providências que julgar necessárias.

ARTIGO 6º - O COMDEMA compor-se-á de:

I - Coordenadoria Executiva;

II - Câmara Técnica;

III - Câmara Social.

§ 1º - A Câmara Técnica será constituida de 5 (cinco) membros titulares e 3 (três) suplentes. Os membros da Câmara Técnica e seus Suplentes serão representantes de Entidade Técnica Municipal, Estadual e Federal, a critério da Coordenadoria Executiva. A Câmara Técnica poderá recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de relevante interesse ecológico.

§ 2º - A Câmara Social será constituida de 5 (cinco) membros titulares e 3 (três) Suplentes. Os membros da Câmara Social e seus suplentes serão representantes de entidades da Sociedade Civil.

ARTIGO 7º - A Coordenadoria Executiva será composta de 5 (cinco) membros, de livre escolha do Prefeito, dentre cidadãos de notório saber, residentes no Município.

§ 1º - O Chefe da Assessoria de Planejamento e Obras será o Presidente do Conselho.

§ 2º - O mandato dos membros do COMDEMA será de 2 (dois) anos.

ARTIGO 8º - O exercício das funções de membro do COMDEMA será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

ARTIGO 9º - O COMDEMA manterá com órgãos das Administrações Municipal, Estadual e Federal intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Defesa do Meio Ambiente.

ARTIGO 10 - A Prefeitura Municipal de Tremembé, por intermédio do COMDEMA promoverá, divulgação de conhecimentos e providências relativas a preservação ambiental.

ARTIGO 11 - O prazo para instalação do COMDEMA será de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta lei.

ARTIGO 12 - No prazo máximo de 30 (trinta) dias, após sua instalação, o COMDEMA elaborará seu regimento interno, que deverá ser homologado por decreto do Prefeito Municipal.

ARTIGO 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de agosto de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

LEI Nº 1.895/90. — CEP 12120 — ESTADO DE SÃO PAULO FOLHAS 05.

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de agosto de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.896, DE 31 DE AGOSTO DE 1.990.

"Dispõe sobre concessão de antecipação salarial aos servidores públicos municipais e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ANEXO I - Tabela Única de Remuneração, constante da Lei Municipal nº 1.862, de 09 de maio de 1.990, que tem como base o pagamento de salários e vencimentos dos servidores municipais, fica reajustado, com efeito retroativo a 1º de agosto de 1.990, a título de antecipação salarial, da seguinte forma e maneira:

a)- 15% (quinze por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 31 de julho de 1990;

b)- 12% (doze por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 31 de agosto de 1990;

c)- 15% (quinze por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 30 de setembro de 1990;

d)- 12% (doze por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 31 de outubro de 1990; e

e)- 15% (quinze por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 30 de novembro de 1990.

ARTIGO 2º - A presente antecipação se incorporará aos salários e será deduzida, se for o caso, na data-base, do índice apurado para correção dos vencimentos ou salários dos servidores municipais no período acumulado de maio/90 a dezembro/90.

ARTIGO 3º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.592, de 07 de abril de 1988, alterado pela Lei Municipal nº 1.661, de 19 de outubro de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Ficam por esta lei fixadas para os meses de janeiro e julho de cada ano, as datas-base para reajuste de vencimentos, salários, pensões e gratificaçãoes pagas pelo Município aos seus servidores."

ARTIGO 4º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 1.621, de 28 de julho de 1988, alterado pela Lei Municipal nº 1.689, de 07 de dezembro de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 3º - Ficam por esta lei fixadas para os meses de janeiro e julho de cada ano, as datas-base para reajuste de salários pagos pela Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, a seus servidores."

ARTIGO 5º - Em decorrência do estipulado por esta lei, ficam expressamente revogados os artigos 2º e 3º, da Lei Municipal nº 1.862, de 09 de maio de 1990.

ARTIGO 6º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 7º - O disposto nesta lei aplica-se nas mesmas bases e condições aos funcionários da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA do Município de Tremembé.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de agosto de 1.990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de agosto de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.897, DE 05 DE SETEMBRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

1. LEGISLATIVO
1.2 SECRETARIA
01010211.01 - Ampliação e Reformas de Próprios da Câmara Municipal.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 500.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 05 de setembro de 1990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 05 de setembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.898, DE 05 DE SETEMBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura do crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 16.800.000,00(DEZESSEIS MILHÕES E OITOCENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentarias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 300.000.00
15814872.11 - Manutenção das Atividades do Serviço de Assistência Social - (F.S.S.).
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 1.000.000,00
5. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA.
5.1.2 SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO.
03070212.16 - Setor de Segurança do Patrimônio.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.500.000,00
03070212.16 - Setor de Compras (Seção de Cadastro de Bens Patrimoniais e Seção de Licitações).
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00
6. ASSESSORIA DE FINANÇAS
6.1.1 SERVIÇO DE FINANÇAS

03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Tributação. (Seção de Cadastro Imobiliário - Seção de Cadastro Mobiliário - Seção de Fiscalização Tributária - Seção de IPTU e Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas - Seção de Diversos Tributos - Seção de Dívida Ativa).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 500.000,00

8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS

8.1.1 SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO

03070212.29 - Setor de Transporte - Seção de Oficina.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

16885342.33 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Estradas Rurais.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

8.1.2 SERVIÇOS DE ATIVIDADES URBANAS

10603252.35 - Seção de Limpeza Pública.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

03070212.36 - Seção de Manutenção, Arborização e Conservação de Próprios Municipais, Praças, Parques e Jardins.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

03070211.20 - Conservação e Manutenção de imóveis recebidos e concedidos em comodato.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

15824952.58 - Encargos com Inativos.

3.2.5.1 - Inativos.....(+)Cr$ 500.000,00

03070212.30 - Despesas com outros Serviços e Encargos.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 2.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 05 de setembro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 05 de setembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.899, DE 21 DE SETEMBRO DE 1990.

"Dá nova redação aos artigos 38 da Lei Municipal nº 786, de 16/09/71 e 3º da Lei Municipal nº 1.885, de 22/07/90."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 38 da Lei Municipal nº 786, de 16/09/71 passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 38 - Do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano cabe reclamação dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento do aviso-recibo."

ARTIGO 2º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 1.885, de 22/07/90 passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1991, revogadas as disposições em contrário."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de setembro de 1990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de setembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

L E I Nº 1900, DE 21 DE SETEMBRO DE 1990.

"Autoriza o Poder Executivo a transferir à Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, imóvel recebido em comodato, para instalação de um Posto de Saúde Pública."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir à Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, o uso da casa residencial situada na Avenida Vitória Régia, nº 443 no Residencial Flor do Vale, cedida à título de comodato, pela UNIÃO DE CONSTRUTORAS S/A, para instalação de um Posto de Saúde Pública.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução de obras de melhoria e conservação do imóvel serão suportadas pela Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, onerando rubricas próprias do Orçamento da referida Autarquia para o corrente exercício.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de setembro de 1990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de setembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.901, DE 21 DE SETEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre concessão de antecipação salarial aos funcionários da Câmara Municipal de Tremembé e dá outras providências."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ANEXO I - ESCALA DE VENCIMENTOS, constante da Lei Municipal nº 1.863, de 09 de maio de 1990, fica reajustado, a título de antecipação salarial, com efeito retroativo a 1º de agosto de 1990, na seguinte conformidade:

a)- 15% (quinze por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigente em 31 de julho de 1990;

b)- 12% (doze por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigente em 31 de agosto de 1990;

c)- 15% (quinze por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigente em 30 de setembro de 1990;

d)- 12% (doze por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigente em 31 de outubro de 1990;

e)- 15% (quinze por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigente em 30 de novembro de 1990.

ARTIGO 2º - A presente antecipação se incorporará aos salários e será deduzida, se for o caso, na data-base, do índice apurado para correção dos vencimentos ou salários dos funcionários no período acumulado de maio/90 a dezembro/90.

ARTIGO 3º - Em decorrência do estipulado por esta lei, ficam expressamente revogados os artigos 2º e 3º da Lei Municipal nº 1.863, de 09 de maio de 1990.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de setembro de 1990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de setembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.902, DE 27 DE SETEMBRO DE 1.990.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Tremembé para o período de 1.991 a 1.993."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, para o período de 1.991 a 1.993, constituído pelos Anexos constantes desta Lei, será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento anual.

ARTIGO 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, com indicação da fonte de recursos.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de setembro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de setembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.903, DE 27 DE SETEMBRO DE 1.990.

"Dispõe sobre regularização de edificações, instalações e obras clandestinas."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Tendo em vista a legalização da situação existente em Tremembé, no que refere-se a sua organização físico-territorial, para maior eficiência na aplicação da legislação correspondente, ficam criadas condições especiais, em caráter excepcional, para regularização de edificações e instalações clandestinas ou irregulares, nas condições da presente lei.

ARTIGO 2º - As condições especiais de regularização serão concedidas, no que se refere a aprovação do respectivo projeto, nas condições seguintes:

a)- em condição especial, até 180(cento e oitenta) dias após a regulamentação desta lei, desde que a edificação atenda os requisitos mínimos de habitalidade, higiene e segurança;

b)- em condição normal, após expirado o prazo contido na letra "a", deste artigo, desde que a edificação observe todos os requisitos contidos no Código de Obras e Zoneamento do Município.

ARTIGO 3º - Para se beneficiar do processo de legalização, este deverá ser instruído pela seguinte documentação, conforme modelo próprio da Prefeitura:

a) - requerimento do interessado, com identificação pessoal e informações sobre o local da edificação;

b) - desenho do terreno, com todas as edificações, em escala de 1:100, contendo: denominação dos cômodos, dimensões, vãos de iluminação e cotas de afastamento das divisas;

c) - desenho de locação em escala de 1:200, contendo: dimensões do

terreno e indicação dos imóveis confrontantes;

d) - escritura pública ou documento particular, com o devido registro;

e) - declaração expressa, sob as penas da lei, de que o desenho ou planta corresponde exatamente à edificação em causa;

f) - cópia xerox da capa do carnet, referente ao Imposto Predial;

g) - quadro de informações assinado pelo proprietário do imóvel.

ARTIGO 4º - Os processos de regularização que forem efetuados nas condições desta lei, o interessado deverá:

a) - recolher, além de todas as taxas devidas em função das áreas construídas, o valor correpondente a 03 (três) unidades fiscais a título de emolumentos;

b) - recolher o imposto sobre serviço, em função das dimensões e do tipo da construção, se a edificação tiver menos que 05 (cinco) anos.

ARTIGO 5º - Aprovado o respectivo processo, a Prefeitura expedirá:

a) - Habite-se, se o prédio não tiver sido habitado. Este mencionará, expressamente, que trata-se de edificação antiga, contendo a idade aproximada, visando salvaguardar os interesses públicos;

b) - Alvará de Conservação, em se tratando de prédios já habitado que, para todos os efeitos legais, equivalerá ao Habite-se.

ARTIGO 6º - Não será admitida, em qualquer hipótese, a regularização de edificações situadas em terreno pertencentes ao Patrimônio Público, em locais destinados a alargamento de vias públicas, em áreas gravadas por servidão pública ou consideradas "NON EDIFICANTI" e em loteamentos irregulares.

ARTIGO 7º - Os benefícios provistos pelo artigo 1º desta lei, não subtraem da administração Municipal o direito de, exercendo seu regular poder de polícia, determinar a demolição de construções que permaneçam como clandestinas pela ausência de iniciativa de seus proprietários em legalizá-las ou, ainda, quando a situação peculiar de cada caso não admitir a regularização.

ARTIGO 8º - O Prefeito Municipal baixará decreto,

dentro de 30 (trinta) dias, a contar da promulgação desta lei, regulamentando-a, conforme for de direito.

ARTIGO 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de setembro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de setembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.904, DE 27 DE SETEMBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura do crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 10.000.000,00(DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
13754282.48 - Repasse de Recurso Financeiro a AMUSA - Tremembé-SP.
3.2.1.1 - Transferências Operacionais.....(+)Cr$ 6.000.000,00
4.3.1.1 - Auxílios para Despesas de Capital(+)Cr$ 4.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de setembro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de setembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.905, DE 27 DE SETEMBRO DE 1990.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o DER."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER, objetivando a execução das obras e serviços de melhoramentos e pavimentação da estrada vicinal do Borlenghi (continuação do trecho SP-123 - São Miguel) com 20.000 metros de extensão, aproximadamente.

ARTIGO 2º - Fica o Poder Executivo, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença:

a)- com declaração de utilidade pública de áreas eventualmente necessárias, desapropriando-as, amigavelmente ou, na impossibilidade, imitindo-se liminarmente na posse, mediante a autorização judicial em ação própria, e transferindo-as a final, ao DER, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus;

b)- com a liberação do trecho necessário aos serviços e com a implantação da sinalização e fiscalização adequadas ao tráfego;

c)- com a remoção de linhas aéreas e/ou subterrâneas que porventura impeçam ou dificultem a execução dos serviços e por danos causados a terceiros e a propriedade alheia, em razão dos serviços e da operação do trecho, após sua entrega ao tráfego;

d)- com a construção de passagens de gado (PSG), onde forem necessárias e remoção de benfeitorias existentes ao longo do trecho.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo autorizado, tão logo concluidos, através de ofício e mediante recibo, a receber os serviços pertinentes à estrada municipal em questão, conservando-a como parte da malha rodoviária do Município, sem ônus para o DER.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes do cumprimento desta lei correrão através de recursos próprios do Município.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de setembro de 1990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de setembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.906, DE 09 DE OUTUBRO DE 1990.

"Altera a redação do Parágrafo Único - artigo 1º, da Lei nº 1.728, de 17 de março de 1989."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 4º da Lei Municipal nº 1.472, de 20 de outubro de 1986, fica acrescido do seguinte parágrafo:

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderão ser instaladas indústrias leves e serralherias, não causadoras de poluição ambiental ou sonora, desde que utilizem motores cuja somatória não ultrapasse aos 4 (quatro) HP de potência.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de outubro de 1990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de outubro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12.120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.907, DE 09 DE OUTUBRO DE 1990.

"Dispõe sobre salário-família."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O salário-família a ser pago a todos os servidores municipais, será devido a partir do mês de setembro de 1990, na base de Cr$ 250,00 (DUZENTOS E CINCOENTA CRUZEIROS) por dependente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente benefício será corrigido pela variação do BTN/mês que ocorrer no período de 02 (dois) meses subsequente.

ARTIGO 2º - Quando do pagamento de contribuição previdenciária devida ao IAPAS, deverá ser deduzido por dependente o valor fixado pelo Governo Federal.

ARTIGO 3º - As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta da dotação orçamentária consignada em orçamento, suplementada se necessário.

ARTIGO 4º - O disposto nesta lei aplica-se nas mesmas bases e condições aos funcionários da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA do Município de Tremembé.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 1990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de outubro de 1990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de outubro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.908, DE 09 DE OUTUBRO DE 1990.

"Dispõe sobre alteração de salários."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os salários dos Inspetores de Alunos contratados na forma do Convênio PROMDEPAR, assinado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e a Secretaria da Educação, passam a ser pagos pela Referência "10" - Grau "A", constante do ANEXO I - Tabela Única de Vencimentos, Salários e Remuneração de que trata a Lei Municipal nº 1.862, de 09 de maio de 1990.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 1990.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de outubro de 1990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de outubro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.909, DE 09 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 10.580.000,00 (DEZ MILHÕES, QUINHENTOS E OITENTA MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08424272.23 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.500.000,00
08462281.11 - Prosseguimento de Obra: Centro do Lazer do Trabalhador.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 2.000.000,00
8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS
8.1.1 SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO
03070212.29 - Setor de Transporte - Seção de Oficina.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00
16885342.33 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Estradas Rurais.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.500.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 2.000.000,00
8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS
10603252.35 - Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Urbanas. Setor de Serviços Urbanos: Seção de Limpeza Pública.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.854/90 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1.427/90.

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.3 SETOR DE CULTURA

08462240.00 - Desporto Amador.

3.2.3.1 - Subvenções Sociais.....(+)Cr$ 80.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de outubro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.910, DE 12 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Autoriza o Poder Executivo a permitir o uso de imóvel municipal."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a permitir o uso do imóvel municipal situado nesta cidade à Rua Antonio Lourenço Xavier, nº 84, nos termos do artigo 119, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Tremembé, pela Sociedade Civil de Educação de Tremembé, mantenedora do Colégio Técnico Tremembé.

ARTIGO 2º - O prazo da permissão de uso será de 60 (sessenta) meses, a contar de 1º de janeiro de 1991.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1991.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 12 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 12 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.911, DE 12 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Dispõe sobre a criação de função de confiança, de provimento em comissão."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criado no Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Tremembé, a seguinte função de confiança, de provimento em comissão, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito, de livre nomeação e exoneração:

- 01 (UM) MAESTRO DA FAMUTRE - Referência "30".

ARTIGO 2º - Aplicam-se a função de que trata o artigo anterior, os mesmos direitos e vantagens a que se refere o artigo 7º e seu parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.743, de 26 de abril de 1989, alterado pela Lei Municipal nº 1.862, de 09 de maio de 1990.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução do presente diploma legal, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 12 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 12 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima
Resp./Exp. Secretaria Municipal

L E I Nº 1.912, DE 15 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Estabelece normas para construção e instalação de postos revendedores de derivados de petróleo e álcool combustível, para fins automotivos, e de prestação de serviços correlatos, no Município de Tremembé."

O VICE- PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A aprovação de projetos para construção de prédios destinados ao funcionamento de postos revendedores de derivados de petróleo e álcool combustível, para fins automotivos, e de prestação de serviços correlatos, bem como a autorização para sua instalação, dependeração do cumprimento, além das exigências previstas na legislação específica, dos seguintes requisitos:

I - distância mínima de 500 (quinhentos) metros de locais onde estejam instalados asilos, creches, hospitais, escolas, templos religiosos e casas de repouso;

II - distância mínima de 300 (trezentos) metros de bocas de túneis, trevos, viadutos e totatórias, quando localizados nas principais vias de acesso ou saída;

III - área mínima de 1.500 m² (mil e quinhentos metros quadrados) do terreno a ser utilizado para a construção;

IV - testada voltada para a via pública principal de, no mínimo, 30 (trinta) metros;

V - VETADO;

VI - destinação mínima de 5% (cinco por cento) da área total para implantação de área verde, ficando a cargo do proprietário o plantio, nessas áreas, de arbustos que atinjam, preferencialmente, a altura máxima de 3 (três) metros.

ARTIGO 2º - A construção dos postos referidos no artigo anterior deverá ser iniciada no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de aprovação do projeto pela Prefeitura.

ARTIGO 3º - O disposto nesta lei não se aplica aos postos já instalados e em funcionamento dentro do território do Município.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 15 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 15 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.913, DE 17 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 10.160.000,00 (DEZ MILHÕES, CENTO E SESSENTA MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08462281.11 - Prosseguimento de Obra: Centro do Lazer do Trabalhador.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 5.000.000,00
8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS
8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS
10603261.26 - Obras: Construção, Ampliações e Reformas de cemitérios e velórios.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 5.000.000,00
9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
15814872.52 - Subvenções à Guarda Mirim de Tremembé-SP.
3.2.3.1 - Subvenções Sociais.....(+)Cr$ 160.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 17 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 17 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.914, DE 17 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Dispõe sobre retificação da Lei nº 1.850, de 28 de fevereiro de 1990."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.850, de 28 de fevereiro de 1.990, fica retificada na seguinte conformidade:

ONDE SE LÊ:

1.3 PROCURADORIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos.....(-)NCZ$ 5.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(-)NCZ$ 3.000,00

LEIA-SE:

1.3 PROCURADORIA
3.0.0.0 DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais.....(-)NCZ$ 5.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Ecargos.....(-)NCZ$ 3.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 1.990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 17 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 17 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.915, DE 26 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Dispõe sobre substituição do Anexo 8, constante do orçamento financeiro vigente."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Anexo 8 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, constante do orçamento financeiro vigente, fica substituído pelo integrante desta lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1990.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 26 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 26 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima

Resp./Exp. Secretaria Municipal

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

NCz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM 1. OS RECURSOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01000000.00	LEGISLATIVA.	500.000,00	500.000,00	1.000.000,00
01010000.00	Processo Legislativo.	304.000,00	500.000,00	804.000,00
01480000.00	Cultura.	31.000,00	-	31.000,00
01820000.00	Previdência.	165.000,00	-	165.000,00
01010010.00	Ação Legislativa.	273.000,00	-	273.000,00
01010210.00	Administração Geral.	31.000,00	500.000,00	531.000,00
01482470.00	Difusão Cultural.	31.000,00	-	31.000,00
01824950.00	Previdência Social a Inativos e Pensionistas.	165.000,00	-	165.000,00
03000000.00	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.	7.235.000,00	11.000.000,00	18.235.000,00
03070000.00	Administração.	5.635.000,00	10.000.000,00	15.635.000,00
03070200.00	Supervisão e Coordenação Superior.	206.000,00	100.000,00	306.000,00
03070210.00	Administração Geral.	5.429.000,00	9.900.000,00	15.329.000,00
03080000.00	Administração Financeira.	510.000,00	1.000.000,00	1.510.000,00
03080210.00	Administração Geral.	150.000,00	-	150.000,00
03080300.00	Administração de Receitas.	130.000,00	-	130.000,00
03080320.00	Controle Interno.	100.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00
03080330.00	Dívida Interna.	130.000,00	-	130.000,00
	TOTAL	-	-	-

LEI Nº 4320/64-ANEXO 8

NCz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS 2

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
03090000.00	Planejamento Governamental.	10.000,00	-	10.000,00
03910310.00	Assistência Financeira.	10.000,00	-	10.000,00
03420000.00	Ensino de 1º Grau.	130.000,00	-	130.000,00
03420210.00	Administração Geral.	130.000,00	-	130.000,00
03910000.00	Transporte Urbano.	950.000,00	-	950.000,00
03915730.00	Controle e Segurança do Tráfego Urbano.	950.000,00	-	950.000,00
04000000.00	AGRICULTURA.	41.000,00	-	41.000,00
04160000.00	Abastecimento.	41.000,00	-	41.000,00
04160800.00	Sementes e Mudas.	41.000,00	-	41.000,00
08000000.00	EDUCAÇÃO E CULTURA.	7.849.750,00	20.110.000,00	27.959.750,00
08420000.00	Ensino de 1º Grau.	4.214.750,00	20.110.000,00	24.324.750,00
08421880.00	Ensino Regular.	790.000,00	4.000.000,00	4.790.000,00
08424270.00	Alimentação e Nutrição.	2.824.750,00	7.110.000,00	9.934.750,00
08421900.00	Educação Pré-Escolar.	600.000,00	9.000.000,00	9.600.000,00
08440000.00	Ensino Superior.	50.000,00	-	50.000,00
08442350.00	Bolsas de Estudo.	50.000,00	-	50.000,00
08460000.00	Educação Física e Desportos.	2.020.000,00	-	2.020.000,00
	TOTAL	-	-	

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

NCz$ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS

3

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
08462280.00	Parques Recreativos e Desportivos.	2.020.000,00	-	2.020.000,00
08480000.00	Cultura.	1.565.000,00	-	1.565.000,00
08480310.00	Assistência Financeira.	100.000,00	-	100.000,00
08482470.00	Difusão Cultural.	1.465.000,00	-	1.465.000,00
10000000.00	HABITAÇÃO E URBANISMO.	24.930.000,00	10.000,000,00	34.930.000,00
10580000.00	Urbanismo.	21.150.000,00	7.000.000,00	28.150.000,00
10583230.00	Planejamento Urbano.	20.900.000,00	6.000.000,00	26.900.000,00
10583470.00	Produção Industrial.	250.000,00	1.000.000,00	1.250.000,00
10600000.00	Serviço de Utilidade Pública.	3.780.000,00	3.000.000,00	6.780.000,00
10603250.00	Limpeza Pública.	2.900.000,00	3.000.000,00	5.900.000,00
10603260.00	Serviços Funerários.	780.000,00	-	780.000,00
10603280.00	Parques e Jardins.	100.000,00	-	100.000,00
13000000.00	SAÚDE E SANEAMENTO.	1.578.400,00	3.421.600,00	5.000.000,00
13750000.00	Saúde.	-	3.000.000,00	3.000.000,00
13754280.00	Assistência Médica e Sanitária.	-	3.000.000,00	3.000.000,00
13760000.00	Saneamento.	1.578.400,00	421.600,00	2.000.000,00
	TOTAL			

LEI Nº 4320/64-ANEXO 8

NCz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS 4

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
13764480.00	Saneamento Geral.	1.578.400,00	421.600,00	2.000.000,00
15000000.00	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	19.394.250,00	9.440.000,00	28.834.250,00
15810000.00	Assistência.	790.000,00	-	790.000,00
15814860.00	Assistência Social Geral.	250.000,00	-	250.000,00
15814870.00	Assistência Comunitária.	540.000,00	-	540.000,00
15820000.00	Previdência.	18.404.250,00	9.140.000,00	27.544.250,00
15824920.00	Previdência Social Geral.	16.504.250,00	9.140.000,00	25.644.250,00
15824950.00	Previdência Social a Inativos e Pensionistas.	1.900.000,00	-	1.900.000,00
15840000.00	Programa de Formação do Patrimonio do Servidor Público-PASEP.	200.000,00	300.000,00	500.000,00
15844940.00	Previdência Social ao Servidor Público - PASEP.	200.000,00	300.000,00	500.000,00
16000000.00	TRANSPORTE.	3.487.000,00	513.000,00	4.000.000,00
16880000.00	Transporte Rodoviário	3.487.000,00	513.000,00	4.000.000,00
16885320.00	Terminais Rodoviários.	600.000,00	-	600.000,00
16885340.00	Estradas Vicinais.	2.887.000,00	513.000,00	3.400.000,00
	TOTAL	65.015.400,00	54.984.600,00	120.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.916, DE 31 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 74.800.000,00 (SETENTA E QUATRO MILHÕES E OITOCENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2.		GABINETE DO PREFEITO	
2.1		ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.	
03070202.05	-	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.	
3.1.1.1	-	Pessoal Civil.....(+)Cr$	1.500.000,00
3.1.2.0	-	Material de Consumo.....(+)Cr$	1.000.000,00
3.1.3.2	-	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	1.000.000,00
15814872.11	-	Manutenção das Atividades do Serviço de Assistência Social - (F.S.S.).	
3.1.3.2.	-	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	3.000.000,00
4.1.1.0	-	Obras e Instalações.....(+)Cr$	2.000.000,00
03070212.12	-	Manutenção das Atividades do Serviço de Relações Públicas.	
3.1.1.1	-	Pessoal Cível.....(+)Cr$	1.000.000,00
3.1.2.0	-	Material de Consumo.....(+)Cr$	500.000,00
3.1.3.2	-	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	1.000.000,00
5.		ASSESSORIA ADMINISTRATIVA	
5.1.1		SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL.	
03070212.15	-	Manutenção das Atividades do Serviço de Administração de Pessoal. (Seção de Recrutamento e Seleção - Seção de Folha de Pagamento - Seção de	

Encargos Sociais).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00

5.1.2 SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO.

03070212.16 - Setor de Segurança do Patrimônio.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

03070212.16 - Setor de Compras (Seção de Cadastro de Bens Patrimoniais e Seção de Licitações).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

5.1.3 SERVIÇO DE ATIVIDADES GERAIS

03070212.17 - Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Gerais: Seção de Limpeza e Copa.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

6. ASSESSORIA DE FINANÇAS

6.1 ADMINISTRAÇÃO.

03080302.18 - Manutenção das Atividades da Assessoria Financeira.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 700.000,00

6.1.1 SERVIÇO DE FINANÇAS

03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Contabilidade. (Seção de Empenhos - Seção de Escrituração Contábil - Seção de Tesouraria).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Tributação. (Seção de Cadastro Imobiliário - Seção de Cadastro Mobiliário - Seção de Fiscalização Tributário - Seção de IPTU e Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas - Seção de Diversos Tributos - Seção de Dívida Ativa.)

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.3.2 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 500.000,00

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

7.1 ADMINISTRAÇÃO.

03420212.20 - Manutenção das Atividades da Assessoria de Educação e Cultura.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08421882.21 - Setor de Educação e Ensino - Seção de Ensino de 1º Grau - ER. Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 500.000,00

08421902.22 - Setor de Educação e Ensino. (Seção de Educação Pré-Escolar). Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.500.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 500.000,00

08424272.23 - Setor de Educação e Ensino (Seção de Merenda Escolar). Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 1.000.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 300.000,00

08482472.24 - Setor de Cultura: Seção de Atividades Culturais e Festas.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 500.000,00

08482472.25 - Setor de Cultura: Seção de Fanfarras e Bandas.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 200.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00

08462281.10 - Seção de Esportes e Turismo.

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 200.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

08462281.11 - Prosseguimento de Obra: Centro do Lazer do

Trabalhador.

4.1.1.0	-	Obras e Instalações.....(+)Cr$	3.000.000,00
08482472.26	-	Seção de Biblioteca.	
3.1.1.1	-	Pessoal Civil.....(+)Cr$	500.000,00
3.1.1.3	-	Obrigações Patronais.....(+)Cr$	500.000,00
4.1.2.0	-	Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$	200.000,00
8.		ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS.	
8.1.1		SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO.	
10583232.28	-	Manutenção das Atividades do Serviço de Obras Públicas e Viação - Setor de Aprovação de Projetos, Loteamentos e Atendimentos a Processos - Seção de Fiscalização de Obras Particulares.	
3.1.2.0	-	Material de Consumo.....(+)Cr$	1.000.000,00
3.1.3.2	-	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	1.000.000,00
03070212.29	-	Setor de Transporte - Seção de Oficina.	
3.1.1.1	-	Pessoal Civil.....(+)Cr$	2.000.000,00
3.1.2.0	-	Material de Consumo.....(+)Cr$	1.000.000,00
3.1.3.2	-	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	1.000.000,00
10583472.30	-	Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Fábrica de Pré-Moldados.	
3.1.3.2	-	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	500.000,00
03915732.32	-	Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Trânsito.	
3.1.1.1	-	Pessoal Civil.....(+)Cr$	500.000,00
3.1.3.2	-	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	500.000,00
16885342.33	-	Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Estradas Rurais.	
3.1.1.1	-	Pessoal Civil.....(+)Cr$	1.000.000,00
3.1.3.0	-	Material de Consumo.....(+)Cr$	2.000.000,00
3.1.3.2	-	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$	1.000.000,00
10583232.34	-	Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Vias Públicas.	
3.1.1.1	-	Pessoal Civil.....(+)Cr$	1.000.000,00
3.1.2.0	-	Material de Consumo.....(+)Cr$	1.000.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00
8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS
10603252.35 - Setor de Serviços Urbanos: Seção de Limpeza Pública.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00
03070211.20 - Conservação e Manutenção de imóveis recebidos e concedidos em comodato.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 1.000.000,00
10603281.23 - Construção de Praças, parques e jardins e construção de coretos em praças, parques e jardins.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 1.000.000,00
10603262.38 - Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Urbanas: Setor de Serviços Urbanos: Seção de Serviços Funerários e Cemitérios.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 700.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 300.000,00
9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO.
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO.
15824952.58 - Encargos com Inativos.
3.2.5.1 - Inativos.....(+)Cr$ 1.400.000,00
15824952.59 - Encargos com Pensionistas.
3.2.5.2 - Pensionistas.....(+)Cr$ 500.000,00
15844942.60 - Contribuição ao PASEP.
3.2.8.0 - Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público = PASEP.....(+)Cr$ 2.000.000,00
03070212.39 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 2.000.000,00
08442352.46 - Ajuda Financeira concedida a Estudantes.
3.2.5.4 - Apoio Financeiro a Estudantes..(+)Cr$ 500.000,00
13754282.48 - Repasse de Recurso Financeiro a AMUSA - Tremembé-SP.
3.2.1.1 - Transferências Operacionais....(+)Cr$ 10.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.917, DE 31 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DE MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

15814872.11- Manutenção das Atividades do Serviço de Assistência Social - (F.S.S.).

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 700.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.918, DE 31 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, nos termos do Artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, por decreto executivo, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 20.000,00 (VINTE MIL CRUZEIROS), destinado a reforçar a seguinte dotação orçamentária do Legislativo:

1. LEGISLATIVO

1.2 SECRETARIA

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 20.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - A cobertura do crédito a que se refere este artigo será feita mediante anulação parcial da seguinte dotação orçamentária do Legislativo:

1. LEGISLATIVO

1.1 CORPO LEGISLATIVO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.1.0 - Pessoal

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(-)Cr$ 20.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.919, DE 31 DE OUTUBRO DE 1.990.

"Dá nova redação ao artigo 3º da Lei Municipal nº 1.908, de 09 de outubro de 1.990."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 3º, da Lei Municipal nº 1.908, de 09 de outubro de 1.990, passa a ter a seguinte redação:
"ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 1.990."

ARTIGO 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1.990.

Marilene Aparecida de Oliveira Lima
Resp./Exp. Secretaria Municipal

L E I Nº 1.920, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1991 e dá outras providências."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1991 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas públicas e as sociedades de economia mista somente receberão recursos do Tesouro Municipal através de lei específica, autorizando a subscrição de aumento de capital ou cobertura de déficit, excetuado o pagamento de serviços prestados.

ARTIGO 2º - A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1991 obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal.

§ 1º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes a preços de Julho/90, considerando os aumentos ou as diminuições de serviços.

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas a preço de Julho de 1990: considerar-se-ão a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, os quais serão objeto de projeto de lei a ser encaminhado à

Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do exercício, com exceção do exercício de 1991 que deverá ser encaminhado até 30 de novembro de 1990.

§ 4º - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralizados sem autorização legislativa.

§ 5º - O pagamento do serviço da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O município aplicará 25% de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de primeiro grau e pré-escolar.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o plano plurianual aprovado pela Lei Municipal nº 1.902, de 27 de setembro de 1990, procederá à seleção das prioridades dentre as relacionadas no Anexo I integrante desta lei, e as orçará a preço de Julho de 1990.

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderão ser incluídos programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

ARTIGO 4º - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com vigência máxima de um ano, com outras esferas de governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, sem ônus para o Município.

ARTIGO 5º - As despesas com pessoal da Administração direta e indireta ficam limitadas a 65% da receita corrente atendendo ao disposto no Artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º - Entendem-se como receitas correntes para efeitos de limites do presente artigo o somatório das receitascorrentes da Administração direta e das receitas correntes próprias da Administração indireta, provenientes das autarquias e fundações públicas, excluídas as receitas oriundas de

convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração direta e da indireta nas seguintes despesas:

- salários;
- obrigações patronais;
- proventos de aposentadoria e pensões;
- remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- remuneração dos Vereadores.

§ 3º - A concessão de qualquer vantagem ou o aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput".

ARTIGO 6º - Fica autorizado a concessão de ajuda financeira às entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública nas áreas de saúde, educação e assitência social.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicações apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar os 30 dias do encerramento do exercício.

§ 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira as entidades que não prestaram contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

ARTIGO 7º - O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município.

ARTIGO 8º - As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

ARTIGO 9º - O Prefeito Municipal enviará, até o dia 30 de setembro, o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa devolvendo-o a seguir para sanção.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de novembro de 1990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de novembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - PROJETO DE LEI Nº: 073/90.

Metas e Prioridades para o exercício de : 1991

Prefeitura Municipal de TREMEMBÉ - S. P. -

fls. 01

DE DEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	01.01 - Reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal.	-Melhorar as condições de funcionalidade do edifício da Câmara Municipal.
	01.02 - Aquisição de equipamentos e material permanente	-Dotar a Câmara Municipal de equipamentos no sentido de melhorar as condições de trabalho no Legislativo.
	07.01 - Reforma e adequação do Paço Municipal	-Instalar adequadamente os vários setores da Administração, dando-lhes melhores condições de trabalho.
	07.02 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	-Equipar as várias unidades administrativas com móveis e equipamentos de trabalho, tornando-as mais eficientes.
	07.03 - Reestruturação Administrativa	-Dotar a Prefeitura de uma nova organização, mais moderna e eficiente na prestação de serviços administrativos e à coletividade.
	07.04 - Elaboração de novo Plano Diretor	-Disciplinar o uso e ocupação do solo urbano e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade - art. 182 - CF
	07.05 - Construção de Mercado Municipal e Adequação do existente	-Organizar o sistema de abastecimento alimentar do Município, possibilitando ao produtor condições de comercialização da produção de produtos hortifrutigranjeiros.
	07.06 - Precatórias	-Pagamento de precatórias judiciais.
	07.07 - Reforma e adequação do Matadouro Municipal.	-Oferecer melhores condições sanitárias para o abate de animais destinados ao abastecimento da população e para a produção de produtos derivados.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I – PROJETO DE LEI Nº: 073/90.

Metas e Prioridades para o exercício de : 1991

ENTRADA
TREMEMBÉ
– S. P. –

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
03.	08.01 – Implantação do Sistema computadorizado e/ou aquisição de equipamentos e material permanente.	-Modernizar os serviços de controle financeiro e atendimento ao público, agilizando as informações e assegurar maior gráu de confiança nos dados.
	08.02 – Pagamento de despesas de exercícios anteriores	-Pagamento de despesas de exercícios anteriores.
	08.03 – Amortização da Dívida Fundada.	-Amortização de financiamentos diversos.
04.	09.01 – Contribuição ao CODIVAP	-Efetuar contribuições anùais ao CODIVAP.
05.	16.01 – Incremento à produção de hortifruti-granjeiros	-Baixar o custo da alimentação através do aumento da produção de frutas, verduras e animais de pequeno porte.
	16.02 – Realização de feiras anuais de artesanato	-Criar condições de comercialização de produtos fabricados artesanalmente por pessoas ou microempresas.
	16.03 – Incentivo à formação de cooperativas e microempresas	-Dar aos produtores agropecuários do Município, condições de beneficiarem seus produtos, possibilitando melhores condições de venda.
	16.04 – Cooperativa para os servidores municipais	-Oferecer melhores condições para os servidores adquirirem bens de consumo.
	16.05 – Conclusão do Terminal Rodoviário.	- Concluir o Terminal Rodoviário de Passageiros.
06.	30.01 – Instituição de Guarda Municipal.	- Proteger o Patrimônio Municipal.
	30.02 – Construção de Destacamento Policial.	- Diminuir a Criminalidade e dar Segurança à população do Jardim Santana, Residêncial Flôr do Vale e Parque Vera Cruz, atravé de Convênio com o Governo do Estado de São Paulo.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - PROJETO DE LEI Nº: 073/90.

Metas e Prioridades para o exercício de : 1991

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
- S. P. -

DE DER	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	30.03 - Aplicação da Lei que institui a zona de estacionamento	-Disciplinar o tráfego na zona central da cidade, no sentido de descongestionar o trânsito.
7.	41.01 - Construção de uma creche	-Dar condições de atendimento a aproximadamente 100 crianças, de famílias carentes, no Bairro dos Guedes.
	41.02 - Construção de 06 salas de aulas de ensino pré-escolar	-Oferecer assistência médica, alimentar e educacional a 210 crianças do Bairro dos Guedes, Jardim Santana, Parque das Fontes e Bairro do Mato Dentro.
	41.03 - Implantação de 02 classes para ensino pré-escolar	-Oferecer assistência médica, alimentar e educacional a 50 crianças residentes nos Bairros Rurais no Poço Grande e Padre Eterno.
8	42.01 - Construção de01 Grupo Escolar	-Dar condições de ensino a 300 crianças, em idade escolar, do Jardim dos Eucaliptos, do Parque das Fontes e adjacências, através de convênio junto ao Governo Estadual.
	42.02 - Reforma e adequação de cozinha para preparação de merenda escolar.	-Dar melhores condições para oferecer alimentação satisfatória e de boa qualidade a todos os alunos darede escolar da pré-escola e do ensino fundamental.
	42.03 - Adequação e reforma da Padaria Municipal	-Dar melhores condições para oferecer alimentação satisfatória e de melhor qualidade a todos os alunos da rede escolar da pré-escola e do ensino fundamental.
	42.04 - Reforma e adequação dos próprios	-melhorar o atendimento às crianças, em idade escolar, com prédios adequados.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - PROJETO DE LEI Nº: 073/90.

Metas e Prioridades para o exercício de : 1991

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
- S. P. -

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
09.	44.01 - Bolsas de estudos	-Efetuar o pagamento das despesas com bolsas de estudos ao funcionário municipal que cursa o Ensino Superior (Lei 1881/90).
10.	46.01 - Complementação do Centro de Lazer do Trabalhador	-Dotar o Município de um centro esportivo para atender às necessidades e ao desenvolvimento físico e social da juventude.
	46.02 - Construção de parques recreativos	-Oferecer à população condições de lazer e recreação.
	46.03 - Construção de quadras poliesportivas	-Oferecer à população condições de lazer e recreação.
11.	48.01 - Construção de Biblioteca Municipal e/ou adequação e reforma da existente	-Dar melhores condições para promiver o desenvolvimento cultural e social da população estudantil, oferecendo melhores meios para pesquisa e lazer.
	48.02 - Promoção de seminários de estudo do Patrimônio Histórico, Artistico e Cultural do Município, anualmente.	-Dotar o Município de acêrvo histórico sobre sua origem, tradição cultural e história de seu desenvolvimento.
12.	57.01 - Construção de até 150 casas populares	-Diminuir o déficit residencial, construindo casas pelo Programa Municipal de construções populares, promovido pelo Governo Federal.
13.	58.01 - Aquisição de máquinas e equipamentos para a Fábrica dePré-moldados de Cimento.	-Ampliar a capacidade de produção da Fábrica de Pré-moldados de cimentos Municipal.
	58.02 -Pavimentação de diversas vias urbanas	-Melhorar as condições habitacionais na sede do Municipio, em ruas densamente povoadas.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - PROJETO DE LEI Nº: 073/90.

Metas e Prioridades para o exercício de : 1991

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
- S. P. -

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	58.03 - Construção de muros e passeios de particulares	-Melhorar o aspecto da cidade, através de construção de muros em terremos abertos.
	58.04 - Construção de abrigos	-Dar aos munícipes que usam o transporte coletivo, condições de se abrigarem e protegerem-se das chuvas.
	58.05 - Construção, reparação e conservação de muros e passeios em próprios municipais	-Construir, reparar e conservar os muros e passeios dos próprios municipais.
14.	60.01 - Aquisição de 02 caminhões 60.02 - Iluminação pública 60.03 - Aquisição de carro funebre 60.04 - Conclusão do Velório Municipal 60.05 - Praças	-Ampliar a coleta de lixo domiciliar da sede do Município. -Dotar de iluminação pública várias ruas e praças do Município. -Oferecer melhor assistência ao Serviço Funerário Municipal. -Oferecer um serviço Funerário Municipal à população. -Oferecer à população condições delazer.
15.	62.01 - Instalação de um Distrito Industrial	-Permitir o desenvolvimento do Município e oferecer nova oportunidade de trabalho à população.
16.	75.01 - Construção de 04 unidades básicas de Saúde - UBS	-Oferecer melhor assistência médica de emergência à população carente do Bairro dos Guedes e Jardim Santana, bem como Residencial Flor do Vale e parque Vera Cruz, cuja construção será efetuada pela AMUSA, através de seu orçamento.
17.	76.01 - Construção de galerias de águas pluviais e canalização e retificação de córregos.	-Eliminar as bacias que provocam acúmulo das águas e demais drenagens necessárias ao saneamento de diversos bairros do Município.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - PROJETO DE LEI Nº: 073/90.

Metas e Prioridades para o exercício de : 1991

I. T. A.
TREMEMBÉ
- S. P. -

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
18.	81.01 - Assistência Social Geral	-Pagamento de salário-Família
	81.02 - Assistência comunitária	-Subvenção a instituições e/ou entidades assistenciais
19.	82.01 - Previdência Social a segurados	-Pagamento de encargos sociais
	82.02 - Previdência social a inativos e pensionistas	-Pagamento a inativos e pensionistas.
20.	84.01 - Previdência Social ao servidor público	-Pagamento do PASEP
21.	88.01 - Pavimentação de estrada vicinais e/ou abertura de estradas	-Oferecer condições satisfatórias parao escoamento da produção rural.
	88.02 - Construção de duas pontes e recuperação da cabeceira da ponte do Rio Paraí do Sul	-Melhorar as condições de tráfego nas estrada vicinais queligam a sede do município e bairros.
	88.03 - Aquisição de uma motoniveladora, um caminhão, pá-carregadeira, caminhões e veículos leves utilitários	-Complementar a frota de máquinas e renovar a frota de caminhões, que em parte já esta obsoleta.

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
– S. P. –

L E I Nº 1.921, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1990.

"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Tremembé-SP., para o exercício de 1991."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o exercício de 1991, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em Cr$ 1.680.000.000,00 (HUM BILHÃO E SEISCENTOS E OITENTA MILHÕES DE CRUZEIROS), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

ARTIGO 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos integrantes a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA:		
RECEITAS CORRENTES		Cr$ 1.348.290.000,00
Receita Tributária	Cr$ 171.420.000,00	
Receita Patrimonial	Cr$ 61.000.000,00	
Transferências Correntes	Cr$ 1.085.109.000,00	
Outras Receitas Correntes	Cr$ 30.761.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL		Cr$ 181.710.000,00
Transferências de Capital	Cr$ 181.710.000,00	
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		Cr$ 1.530.000.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
RECEITAS CORRENTES		Cr$ 130.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		Cr$ 20.000.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		Cr$ 150.000.000,00
TOTAL GERAL		Cr$ 1.680.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
– S. P. –

ARTIGO 3º - A Despesa da Administração direta será realizada segundo a discriminação dos Quadros Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, integrantes desta lei, e a Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA desdobrada em seu respectivo orçamento aprovado por Decreto Executivo.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

I - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	Cr$	57.000.000,00
03 - Administração e Planejamento	Cr$	247.937.500,00
04 - Agricultura	Cr$	512.500,00
08 - Educação e Cultura	Cr$	359.496.875,00
10 - Habitação e Urbanismo	Cr$	436.625.000,00
13 - Saúde e Saneamento	Cr$	175.000.000,00
15 - Assistência e Previdência	Cr$	203.428.125,00
16 - Transporte	Cr$	50.000.000,00
TOTAL GERAL	Cr$	1.530.000.000,00

II - POR PROGRAMA

01 - Processo Legislativo	Cr$	43.600.000,00
07 - Administração	Cr$	215.437.500,00
08 - Administração Financeira	Cr$	18.875.000,00
09 - Planejamento Governamental	Cr$	125.000,00
16 - Abastecimento	Cr$	512.000,00
41 - Educação da Criança	Cr$	134.250.000,00
42 - Ensino Fundamental	Cr$	185.684.375,00
44 - Ensino Superior	Cr$	625.000,00
46 - Educação Física e Desportos	Cr$	22.750.000,00
48 - Cultura	Cr$	24.812.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
— S. P. —

58 - Urbanismo	Cr$	351.875.000,00
60 - Serviços de Utilidade Pública	Cr$	84.750.000,00
75 - Saúde	Cr$	150.000.000,00
76 - Saneamento	Cr$	25.000.000,00
81 - Assistência	Cr$	5.625.000,00
82 - Previdência	Cr$	197.953.125,00
84 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP	Cr$	6.250.000,00
88 - Transporte Rodoviário	Cr$	50.000.000,00
91 - Transporte Urbano	Cr$	11.875.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	Cr$	1.530.000.000,00

III - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	Cr$	1.123.700.000,00
Despesas de Capital	Cr$	406.300.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	Cr$	1.530.000.000,00

IV - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

PODER LEGISLATIVO

1 - Legislativo	Cr$	57.000.000,00

PODER EXECUTIVO

2 - Gabinete do Prefeito	Cr$	12.225.000,00
3 - Assessoria de Assuntos Políticos	Cr$	1.287.500,00
4 - Assessoria de Assuntos Jurídicos	Cr$	1.625.000,00
5 - Assessoria Administrativa	Cr$	42.000.000,00
6 - Assessoria de Finanças	Cr$	15.375.000,00
7 - Assessoria de Educação e Cultura	Cr$	359.246.875,00
8 - Assessoria de Planejamento e Obras	Cr$	662.812.500,00
9 - Encargos Gerais do Município	Cr$	368.428.125,00

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
– S. P. –

TOTAL GERAL DA DESPESA	Cr$ 1.530.000.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:	
I - POR FUNÇÕES DE GOVERNO	
03 - Administração e Planejamento	Cr$ 17.750.000,00
13 - Saúde e Saneamento	Cr$ 132.250.000,00
T O T A L	Cr$ 150.000.000,00
II - POR PROGRAMA	
07 - Administração	Cr$ 15.600.000,00
08 - Administração Financeira	Cr$ 2.150.000,00
75 - Saúde	Cr$ 132.250.000,00
T O T A L	Cr$ 150.000.000,00
III - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS	
Despesas Correntes	Cr$ 130.000.000,00
Despesas de Capital	Cr$ 20.000.000,00
T O T A L	Cr$ 150.000.000,00
IV - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	
2 - Presidência	Cr$ 2.150.000,00
3 - Supervisão Administrativa	Cr$ 12.350.000,00
4 - Supervisão Técnica	Cr$ 135.500.000,00
T O T A L	Cr$ 150.000.000,00

ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - proceder à abertura de créditos suplementares até o limite de 60% (SESSENTA POR CENTO) do total do Orçamento da Despesa, nos termos do Artigo 7º, da Lei Federal nº 4.320/64.

II - efetuar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 100% (CEM POR CENTO) das despesas de capital, nos termos do artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
– S. P. –

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de novembro de 1990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de novembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.922, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre concessão de Vale Transporte e dá outras providências."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado na forma desta lei, a conceder Vale Transporte a todos os servidores municipais, independente do regime jurídico que os subordina.

ARTIGO 2º - O Vale Transporte ora definido constitui-se em benefício que o Poder Executivo Municipal antecipará ao Trabalhador para que os mesmos os utilizem no deslocamento residência/trabalho e trabalho/residência.

PARÁGRAFO ÚNICO - O deslocamento residência/trabalho e trabalho/residência, é a soma dos segmentos que comprovam a viagem do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, entre a sua residência e o local de trabalho.

ARTIGO 3º - O Vale Transporte será obrigatório para todas as formas de transporte coletivo público caso venha a ocorrer, ou ainda, intermunicipal e interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente do poder público ou mediante delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente.

ARTIGO 4º - Cessará da obrigatoriedade do Vale Transporte quando o poder público, proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte o deslocamento, residência/trabalho e vice-versa de seus servidores, independente do regime jurídico.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o transporte próprio ou fretado não cobrir integralmente os deslocamentos deste, o vale transporte deverá ser aplicado para os segmentos de viagem não abrangidos pelo referido transporte.

ARTIGO 5º - Fica vedado ao empregador substituir o Vale Transporte por pecunia ou qualquer outra forma de pagamento, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de falta ou insuficiência de estoque de Vale Transporte, necessário ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema, deverá o beneficiário ser ressarcido pela empresa, na folha de pagamento imediata, de parcela correspondente, quando tiver efetuado, por conta própria, a despesa com o seu deslocamento.

ARTIGO 6º - O Vale Transporte, no que se refere à contribuição do empregador, não terá natureza salarial, não se incorporará à remuneração, para quaisquer efeitos e nem constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e nem para 13º salário, tudo conforme determina o Decreto Federal de nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

ARTIGO 7º - Para usufruir do benefício a que se refere esta lei, deverá o servidor ou funcionário fornecer ao empregador; por escrito:

I - seu endereço residencial;

II - os serviços e meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência/trabalho e vice-versa.

§ 1º - A informação de que trata este artigo será anualmente atualizada ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos itens I e II , sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

§ 2º - O beneficiário deverá firmar compromisso de utilizar o Vale Transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência/Trabalho e vice-versa.

§ 3º - A declaração falsa ou o uso indevido do Vale Transporte constituem falta grave.

ARTIGO 8º - Fica vedada a acumulação do benefício com outras vantagens relativas ao transporte do beneficiário, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 4º, desta lei.

ARTIGO 9º - O Vale Transporte será custeado:

I)- pelo empregado, na parcela igual a 6% (seis por cento) de seu salário-base ou vencimento excluidos quaisquer adicionais ou vantagens;

II)- pelo empregador no que exceder à parcela referida no ítem anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - A concessão do Vale Transporte autorizará o empregador a descontar, mensalmente, do beneficiário que exercer o respectivo direito, o valor da parcela de que trata o ítem I deste artigo.

ARTIGO 10 - Caso a despesa com o deslocamento do beneficiário for inferior a 6% (seis por cento) do salário base ou vencimento, o empregado poderá optar pelo recebimento antecipado do Vale Transporte, cujo valor será integralmente descontado por ocasião do pagamento do respectivo salário ou vencimento.

ARTIGO 11 - A base de cálculo para determinação da parcela a cargo do empregado será:

I) - O salário base ou vencimento mencionado no ítem I do artigo 9º, desta lei, e,

II) - o montante percebido no período, para os trabalhadores remunerados por tarefa ou serviço feito.

ARTIGO 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 14 de novembro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício.

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 14 de novembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.923, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

"Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.914, de 17 de outubro de 1.990."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.914, de 17 de outubro de 1.990, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 1.850, de 28 de fevereiro de 1.990, fica retificada na seguinte conformidade:"

ONDE SE LÊ:

1.3 PROCURADORIA
3.0.0.0 DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos.....(-)NCZ$ 5.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(-)NCZ$ 3.000,00

LEIA-SE:

1.3 PROCURADORIA
3.0.0.0 DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais.....(-)NCZ$ 5.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(-)NCZ$ 3.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 1.990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 14 de novembro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 14 de novembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.924, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Muhicipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 5.200.000,00 (CINCO MILHÕES E DUZENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08421881.06 - Prosseguimento de Obras: reformas e ampliações em prédios escolares pertencentes ao patrimônio Municipal.

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 5.000.000,00

08482472.26 - Seção de Biblioteca.

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 200.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 14 de novembro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 14 de novembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.925, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 4.500.000,00 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

1. LEGISLATIVO
1.1 CORPO LEGISLATIVO
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.0.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.1.0 - Pessoal
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 700.000,00
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos
3.1.3.2 - Outros serviços e Encargos.....(+)Cr$ 300.000,00
1.2 SECRETARIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.1.0 - Pessoal
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.300.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 100.000,00
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 400.000,00
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 1.200.000,00

1.5 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.2.0.0 - Transferências Correntes

3.2.5.0 - Transferências à Pessoas

3.2.5.1 - Inativos - Proventos.....(+)Cr$ 480.000,00

3.2.5.1 - Inativos - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 20.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 14 de novembro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 14 de novembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

L E I Nº 1.926, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1.990.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termos de Convênios e de Aditamentos, com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênios e de Aditamentos com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento, objetivando o desenvolvimento de programas ligados a Agricultura.

ARTIGO 2º - Para cumprimento do disposto no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a receber repasses financeiros da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento, destinados a dotação de recursos humanos e/ou materiais.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de novembro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de novembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.927, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

5. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA
5.1.2 SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO
03070212.16 - Setor de Segurança do Patrimônio
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 5.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de novembro de 1.990.

Júlio Vieira
Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de novembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.928, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1.990.

"Dispõe sobre prorrogação de prazo para renovação de contrato de permissão de uso e dá outras providências."

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a determinar ao setor competente a renovação dos contratos de permissão de uso existente com a Administração Municipal, indistintamente, cuja manifestação deverá ocorrer até 15 de novembro do corrente ano.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente benefício se estende aos permissionários que se encontram em falta na renovação dos contratos de permissão de uso, referentes ao exercício/90.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de novembro de 1.990.

Júlio Vieira

Vice-Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de novembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.929, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre autorização para contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar 40 (quarenta) professoras para a Rede de Ensino Municipal, pelo regime celetista e por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

ARTIGO 2º - O prazo de contratação será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de eficácia da presente lei.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução do presente diploma legal ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 05 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 05 de dezembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

L E I Nº 1.930, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 46.200.000,00 (QUARENTA E SEIS MILHÕES E DUZENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 2.000.000,00
15814872.11 - Manutenção das Atividades do Serviço de Assistência Social - (F.S.S.).
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 3.000.000,00
5. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA
5.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.14 - Manutenção das Atividades da Assessoria Administrativa.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 3.000.000,00
5.1.1 SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
03070212.15 - Manutenção das Atividades do Serv. de Administ. de Pessoal. (Seção de Recrutamento e Seleção - Seção de Folha de Pagamento - Seção de Encargos Sociais).
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00
5.1.2 SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO
03070212.16 - Manutenção das Atividades do Serviço de Recursos

Materiais e Patrimônio: Setor de Segurança do Patrimônio.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 2.000.000,00

03070212.16 - Setor de Compras (Seção de Cadastro de Bens Patrimoniais e Seção de Licitações).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

6. ASSESSORIA DE FINANÇAS

6.1.1 SERVIÇO DE FINANÇAS

03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Contabilidade. (Seção de Empenhos - Seção de Escrituração Contábil - Seção de Tesouraria).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

03080322.19 - Manutenção dos Serviços do Setor de Tributação. (Seção de Cadastro Imobiliário - Seção de Cadastro Mobiliário - Seção de Fiscalização Tributária - Seção de IPTU e Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas - Seção de Diversos Tributos - Seção de Dívida Ativa).

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08421882.21 - Manutenção das Atividades do Serviço de Educação e Cultura: Setor de Educação e Ensino - Seção de Ensino de 1º Grau - ER. Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 800.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 500.000,00

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 3.000.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 3.000.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 12.000.000,00

08421902.22 - Setor de Educação e Ensino. (Seção de Educação Pré-Escolar). Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 2.000.000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 800.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 800.000,00
08424272.23 - Setor de Educação e Ensino (Seção de Merenda Escolar). Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00
8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS
8.1.1 SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO
10583472.30 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Fábrica de Pre-Moldados.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 800.000,00
03915732.32 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Trânsito.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 500.000,00
10583232.34 - Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Vias Públicas.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 2.500.000,00
8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS
10603252.35 - Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Urbanas. Setor de Serviços Urbanos: Seção de Limpeza Pública.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.000.000,00
03070212.36 - Seção de manutenção, Arborização e Conservação de Próprios Municipais, Praças, Parques e Jardins.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 1.500.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 1.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 500.000,00
9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
15824952.58 - Encargos com Inativos.
3.2.5.1 - Inativos.....(+)Cr$ 1.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 05 de dezembro de 1.990:

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 05 de dezembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretario Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.931, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre abertura de crédito suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

1. LEGISLATIVO
1.1 CORPO LEGISLATIVO
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - Pessoal
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 900.000,00
1.2 SECRETARIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.1.0 - Pessoal
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cr$ 600.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 40.000,00
1.5 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.5.0 - Transferências a Pessoas
3.2.5.1 - Inativos - Proventos.....(+)Cr$ 450.000,00
3.2.5.1 - Inativos - Obrigações Patronais.....(+)Cr$ 10.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 05 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 05 de dezembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.932, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 12.400.000,00 (DOZE MILHÕES E QUATROCENTOS MIL CRUZEIROS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 400.000,00
7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08421901.07 - Construção de prédio escolar no Bairro Parque Vera Cruz.
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 2.000.000,00
08421882.21 - Manutenção das Atividades do Setor
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 500.000,00
08424272.23 - Setor de Educação e Ensino (Seção de Merenda Escolar). Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 2.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 6.000.000,00
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 1.500.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os

recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de dezembro de 1.990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de dezembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.933, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1.990.

"Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.722, de 02 de março de 1.989."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.722, de 02 de março de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Ficam anistiados todos os débitos com a Fazenda Municipal, referentes a tributos, taxas, multas e outras rendas, que, em decorrência da conversão para cruzados novos, tiveram os seus valores unitários e/ou globais inscritos ou não em dívida ativa, representados por frações inferiores a NCZ$ 0,01 (um centavo)."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 1989.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de dezembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.934, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1.990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, crédito adicional especial da ordem de Cr$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL CRUZEIROS), destinado a aquisição de abrigo pré-moldado ZETAFLEX, para a sede da municipalidade, obedecendo a seguinte classificação.

8. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS
8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS
03070212.00 - Administração Geral
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente..... Cr$ 180.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 13 de dezembro de 1.990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 13 de dezembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.935, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1.990.

"Dispõe sobre autorização para celebração de Convênio com o Governo do Estado de São Paulo e abertura de crédito adicional."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria do Trabalho e da Promoção Social, para receber recursos financeiros, a FUNDO PERDIDO, destinados à aquisição de ambulância, zero quilometro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do veículo constarão obrigatoriamente o sinal que o identifica como ambulância e o logotipo do Governo do Estado de São Paulo.

ARTIGO 2º - O valor para aquisição da ambulância, a ser recebido do Governo do Estado de São Paulo é de até Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

ARTIGO 3º - Uma vez formalizada a compra da ambulância, o Município, no prazo de 15 (quinze) dias remeterá à Secretaria do Trabalho e da Promoção Social - STPS, toda a documentação respectiva em fotocópias autenticadas:

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade do Estado restringi-se exclusivamente ao fornecimento de recursos financeiros.

ARTIGO 4º - Para aquisição da ambulância, fica o Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), que será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 5º - Na hipótese do Município não der cumprimento ao objeto do presente, ficará o convênio automáticamente rescindido e com a obrigação de restituição do

recurso financeiro recebido, corrigido monetáriamente.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 13 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 13 de dezembro de 1.990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.936, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre substituição das Tabelas I e VI, da Lei Municipal nº 1.568, de 08 de dezembro de 1987, alteradas pela Lei Municipal nº 1.833, de 29 de dezembro de 1989 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - As Tabelas I e VI, constantes da Lei Municipal nº 1.568, de 08 de dezembro de 1987, alteradas pela Lei Municipal nº 1.833, de 29 de dezembro de 1989, ficam substituídas pelas integrantes desta Lei.

ARTIGO 2º - O artigo 19 da Lei Municipal nº 1.568, de 08 de dezembro de 1987, alterado pela Lei Municipal nº 1.833, de 29 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 19 - O imposto calcula-se sobre o valor venal do imóvel, da seguinte forma:

a)- área edificada = 1% (UM POR CENTO);

b)- excesso de área, até 250 m² = 1% (UM POR CENTO);

c)- excesso de área, superior a 250 m² = 2,5% (DOIS VÍRGULA CINCO POR CENTO);

d)- área não edificada = 3,0 (TRÊS POR CENTO)."

ARTIGO 3º - O artigo 5º da Lei Municipal nº 1.833, de 29 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 5º - Os valores constantes da Tabela VI, anexa a presente lei, deverão ser depreciados na percentagem de 40% (quarenta por cento) para posterior aplicação na apuração do Valor Venal dos imóveis edificados."

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e, em especial, as leis que tratam da matéria e terá aplicabilidade a partir do exercício fiscal de 1991.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 14 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 14 de dezembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PLANTA GENÉRICA DE VALORES

TABELA I

VALORES POR M² DE TERRENOS INEDIFICADOS E DE EXCESSO DE ÁREAS

CÓDIGO	NOME	ZONA	VALOR/M²
1	ZILIA DONA	1a	5.000,00
2	ALEXANDRE M PATTO CEL	1a	5.000,00
3	MONTEIRO DR	1a	5.000,00
4	15 DE NOVEMBRO	1a	5.000,00
5	MONTEIRO LOBATO	1a	5.000,00
6	NOSSA SENHORA DA GLORIA	ESP.	6.000,00
7	CHAUTARD DON	ESP.	6.000,00
8	LUIZ BALMES PE PRAÇA	ESP.	6.000,00
9	BOM JESUS	ESP.	6.000,00
10	GERALDO COSTA PRAÇA	ESP.	6.000,00
11	FRANCISCO SÃO	ESP.	6.000,00
12	AMADOR BUENO MONSENHOR	1a	5.000,00
13	ANTONIO MARIA	1a	5.000,00
14	BENEDITO SÃO PRAÇA	1a	5.000,00
15	RODRIGUES ALVES	1a	5.000,00
16	ALBUQUERQUE LINS	1a	5.000,00
17	JORGE TIBIRIÇA LARGO	1a	5.000,00
18	ZANANI MAJOR	1a	5.000,00
19	ALBERTO GUISARD	1a	4.000,00
20	SETE BICAS	1a	4.000,00
21	REPÚBLICA DA PRAÇA	1a	5.000,00
22	BENEDITO GUILHERME	1a	5.000,00
23	ANDRÉ GERALDO DA SILVA	1a	5.000,00
24	JOAQUIM TAVORA	1a	3.000,00
25	06 DE AGOSTO TRAV	1a	5.000,00
26	07 DE SETEMBRO	1a	5.000,00
27	ISMAEL DIAS DA SILVA	1a	5.000,00
28	COSTA CABRAL	1a	5.000,00
29	PARTICULAR - FAMÍLIA SANTOS	1a	3.000,00

30	BENEDITO DE OLIVEIRA VARGAS	1a	2.000,00
31	ANTONIO DA SILVA VARGAS	1a	3.000,00
32	ANTONIO SANTO	2a	2.000,00
33	LUIS SÃO	2a	2.000,00
34	JOSÉ SÃO	2a	2.000,00
35	JOÃO SÃO	2a	2.000,00
36	BENEDITO SÃO	2a	2.000,00
37	TEREZINHA SANTA	2a	2.000,00
38	MARTA SANTA	2a	2.000,00
39	MOISES CASSIO MOREIRA TR	1a	2.000,00
40	ARTHUR DE SOUZA PRAÇA	1a	2.000,00
41	FRANCISCO P. ABREU TR/PART.	1a	2.000,00
42	ANTONIO D. DO PATROCINIO	1a	2.500,00
43	PAULINO ROSSI	1a	2.000,00
44	LINDOLPHO DE M. FREITAS DR	1a	2.000,00
45	HERMINIO C. C. COIMBRA TTE	1a	2.000,00
46	ADROALDO PINTO DOS SANTOS	1a	2.000,00
47	26 DE NOVEMBRO	1a	2.500,00
48	VITORINO DE CARVALHO	1a	2.500,00
49	ANTONIO LOURENÇO XAVIER	1a	4.000,00
50	NILO PEÇANHA PRAÇA	1a	5.000,00
51	21 DE ABRIL TRAV	1a	3.000,00
52	13 DE MAIO TRAV	1a	3.000,00
53	HERMES DA FONSECA TRAV	1a	3.500,00
54	SOUZA RIBEIRO	1a	3.500,00
55	1º DE JANEIRO	1a	5.000,00
56	LIBERDADE DA TRAV	1a	3.000,00
57	12 DE OUTUBRO	1a	3.000,00
58	CRUZEIRO DO LARGO	1a	3.000,00
59	INOCENCIO LAZARIM	1a	3.000,00
60	ANTONIO M. PATTO CEL	1a	2.500,00
61	BENEDITO CARVALHO/LOT P M	1a	2.500,00
62	JOSÉ FRANCISCO O. VARGAS	1a	2.500,00
63	ABRAHÃO JORGE FERREIRA	1a	2.500,00

64	OSORIO FERNANDES TOLEDO	1a	2.500,00
65	JOÃO SOUZA PEREIRA PRAÇA	1a	2.500,00
66	JOSÉ MONTEIRO PATTO	1a	2.500,00
67	AMERICO TEIXEIRA POMBO	1a	2.500,00
68	SAUDADE DA AV	1a	3.500,00
69	MAXIMIANO ANTUNES	1a	2.500,00
70	AUDRA AV	1a	2.500,00
71	VILA N SRA DA GUIA LOT	2a	2.000,00
72	SOLAR DA MANTIQUEIRA LOT	1a	2.000,00
73	JARDIM SAMAR LOT	1a	2.000,00
74	PAINEIRA LOT	1a	2.000,00
75	VILLAGE TREMEMBÉ LOT	1a	2.000,00
76	JD EUCALÍPTOS/DESM ANEXO	2a	1.500,00
77	PARQUE DAS FONTES LOT	2a	2.000,00
78	PQ N SRA DA GLORIA LOT	2a	1.500,00
79	CAMPOS DO JORDÃO	2a	1.500,00
80	JARDIM SANTANA LOT	2a	1.500,00
81	PARQUE NOVO MUNDO LOT	2a	1.000,00
82	JARDIM BICA DA GLORIA LOT	2a	1.500,00
84	TERRAS DE BENVIRA LOT	2a	1.000,00
85	COND COLONIAL VALE DO SOL	1a	5.000,00
86	ELDORADO JD RESID LOT	2a	3.000,00
87	RESIDENCIAL STA LUCIA LOT	2a	1.000,00
88	JOÃO C ALVARES JR ENG ROD	2a	1.000,00
89	PROJETADA AV	2a	1.000,00
90	MARGINAL AV	1a	1.000,00
91	1 JD JARAGUA	2a	1.500,00
92	2 JD JARAGUA	2a	1.500,00
93	3 JD JARAGUA	2a	1.500,00
94	4 JD JARAGUA	2a	1.500,00
95	5 JD JARAGUA	2a	1.500,00
96	6 JD JARAGUA	2a	1.500,00
97	MANACAS DOS AV	2a	1.500,00
98	MIOSOTIS	2a	1.500,00

99	IPES DOS AV	2a	1.500,00
100	ROSAS DAS	2a	1.500,00
101	VIOLETAS DAS	2a	1.500,00
102	TULIPAS DAS	2a	1.500,00
103	MARGARIDAS DAS	2a	1.500,00
104	ACACIAS DAS AV	2a	1.500,00
105	ACUCENAS DAS	2a	1.500,00
106	ORQUIDEAS DAS	2a	1.500,00
107	CAMELIAS DAS	2a	1.500,00
108	AMARILIS DOS	2a	1.500,00
109	AZALEAS DAS	2a	1.500,00
110	VITORIA REGIA AV	2a	1.500,00
111	MAGNOLIAS DAS	2a	1.500,00
112	MURIENCIAS DAS	2a	1.500,00
113	GERANIOS DOS	2a	1.500,00
114	JOSÉ TEOFILO DA CRUZ	3a	1.000,00
115	BAIRRO DA ÁGUA QUENTE	3a	300,00
116	BAIRRO DO UNA	3a	310,00
117	BAIRRO DO PADRE ETERNO	3a	300,00
118	ROD ALVARO B L NETO	3a	1.500,00
119	AGOSTINHO MANFREDINI AV	3a	1.000,00
120	ANTONIO SANTOS SALGADO	3a	500,00
121	CONTORNO DO AV	1a	1.500,00
122	SÃO VICENTE DE PAULO LOT	3a	500,00
123	PARQUE VERA CRUZ LOT	3a	500,00
124	BAIRRO DO PARAÍSO	3a	500,00
125	CHAC RECANTO SÃO LUIS LOT	3a	200,00
126	BAIRRO DO POÇO GRANDE	3a	200,00
127	JARDIM MARACAIBO LOT	3a	200,00
128	RESID FLOR DO CAMPO LOT	3a	200,00
129	RESID ALBERTO RONCONI LOT	3a	200,00
130	BAIRRO DO PIRACUAMA	3a	150,00
131	ALPES DE SÃO GOTARDO LOT	3a	500,00
132	PARQUE SÃO GOTARDO LOT	3a	500,00

133	JARDIM VILA NOVA	1ª	2.000,00
134	ANTURIOS DOS	2ª	1.500,00
135	WILSON SOLANO DA CUNHA	1ª	2.000,00
136	GERMANO DE FREITAS	1ª	2.000,00
138	RUA PROJETADA (Bº BERIZAL)	3ª	150,00
139	RUA BAMBI (Bº GURILANDIA)	3ª	300,00
140	RUA PROJETADA (Bº ÁGUA QUENTE)	3ª	300,00
141	RUA DOS JASMINS (FLOR DO VALE)	2ª	1.500,00
142	RUA DAS BEGONIAS (FLOR DO VALE)	2ª	1.500,00
143	RUA DAS PALMAS (FLOR DO VALE)	2ª	1.500,00
144	RUA DAS AZALEAS (FLOR DO VALE)	2ª	1.500,00
145	RUA DOS IBISCOS (FLOR DO VALE)	2ª	1.500,00
146	RUA DOS LIRIOS (FLOR DO VALE)	2ª	1.500,00
147	RUA DOS CRIZANTEMOS (FLOR DO VALE)	2ª	1.500,00
148	RUA DOS CRAVOS (FLOR DO VALE)	2ª	1.500,00

TABELA VI

TIPOS E PADRÕES DE CONSTRUÇÃO

TIPO 1 - RESIDENCIAL HORIZONTAL

Residências térreas e assobradadas, com ou sem subsolo.

PADRÃO BAIXO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 25.500,00
Prédios com um pavimento, estrutura de alvenaria, área geralmente inferior a 100 m², um único banheiro social, ausência de dependências para empregada, ausência de garagem, venesianas e vitrôs comuns, acabamento econômico e simples.

PADRÃO MÉDIO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 30.900,00
Prédios com um ou mais pavimentos, estrutura de concreto, área geralmente entre 100 e 300 m², dependências para empregada, garagem, venesianas e vitrôs de boa qualidade, acabamento médio.

PADRÃO ALTO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 42.000,00
Prédios com um ou mais pavimentos, estrutura de concreto, área superior a 300 m², projeto arquitetônico e funcional com jardins decorativos, mais de um banheiro social, dependências para mais de uma empregada, garagem para no mínimo dois carros, vãos grandes preenchidos com caixilhos especiais de ferro ou alumínio, acabamento fino e esmerado.

TIPO 2 - RESIDENCIAL VERTICAL

Prédios residenciais com três ou mais pavimentos.

PADRÃO BAIXO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 21.500,00
Área bruta das unidades residenciais geralmente inferior a 100 m², ausência de elevador, áreas de uso comum com dimensões reduzidas, ausência de dependência para empregada, ausência de garagem, vãos reduzidos e esquadrias simples, de acabamento econômico e simples.

PADRÃO MÉDIO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 26.000,00
Área bruta das unidades residenciais geralmente entre 100 e 250 m², presença de um ou mais elevadores, área de uso comum com

dimensões médias, dependências para empregada, garagem, com vãos médios e acabamento normal.

PADRÃO ALTO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 40.000,00

Área bruta das unidades residenciais geralmente superior a 250 m², projeto arquitetônico e funcional com jardins decorativos, elevadores de serviço e social, dependências para dois ou mais empregados, garagem para no mínimo dois carros, vãos grandes e esquadrias especiais, acabamento fino e esmerado.

TIPO 3 - COMERCIAL HORIZONTAL

Imóveis comerciais ou mistos com até dois pavimentos, com ou sem subsolo.

PADRÃO BAIXO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 19.000,00

Prédio comum com um pavimento, estrutura de alvenaria para vencer vãos pequenos, pé direito até 4,00 m., pisos de concreto ou cimentado simples, ausência de fôrro, instalações elétricas e hidráulicas simples e reduzidas, revestidas, revestimento econômico e simples.

PADRÃO MÉDIO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 30.000.00

Prédios com um ou dois pavimentos, estrutura de concreto, vãos médios, pé direito entre 4,00 e 5,00 metros, fôrro simples, instalações hidráulicas completas, acabamento médio.

PADRÃO ALTO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 37.000,00

Prédios com um ou dois pavimentos, estrutura de concreto ou aço para vencer vãos grandes, pé direito igual ou superior a 5,00 m, pisos com materiais de 1ª qualidade, presença de fôrros decorativos, instalações elétricas e hidráulicas de 1ª qualidade, acabamento fino e esmerado.

TIPO 4 - COMERCIAL VERTICAL

Imóveis comerciais ou mistos com 3 ou mais pavimentos.

PADRÃO BAIXO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 19.000,00

Prédios com até 4 pavimentos, ausência de elevadores, áreas de uso comum com dimensões reduzidas, instalações sanitárias de uso comum, instalações elétricas e hidráulicas econômicas e reduzidas, vãos pequenos e esquadrias comuns, acabamento econômico e simples.

PADRÃO MÉDIO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 30.000,00

Prédios com mais de 4 pavimentos, presença de elevador, áreas de uso comum com dimensões médias, instalações sanitárias completas, vãos médios com caixilhos de 1ª qualidade, acabamento médio.

PADRÃO ALTO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 37.000,00

Projeto arquitetônico e funcional hall de grandes dimensões, mais de dois elevadores de boa qualidade, disposição funcional das peças, instalações sanitárias por unidade com materiais de 1ª qualidade, instalações elétricas e hidráulicas de 1ª qualidade, vãos grandes e esquadrias especiais, acabamento fino e esmerado.

TIPO 5 - INDUSTRIAL

PADRÃO BAIXO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 7.000,00

Prédios com um pavimento, estrutura de alvenaria para vencer pequenos vãos, pé direito inferior a 5,00 m, pisos de concreto ou cimento simples, vãos reduzidos e esquadrias comuns, instalações elétricas e hidráulicas simples e reduzidas, revestimento econômico e simples.

PADRÃO MÉDIO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 23.000,00

Prédios com um ou mais pavimentos, estrutura de concreto, vãos médios, pé direito igual ou superior a 5,00 m, presença de escritório, acabamento médio.

PADRÃO ALTO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 35.000,00

Prédio com projeto especializado e com características funcionais, estrutura de concreto ou aço para vencer grandes vãos, pé direito igual ou superior a 5,00 m, presença de escritório, refeitório e eventualmente, de laboratório, instalações elétricas e hidráulicas

completas e acabamento de 1ª qualidade.

TIPO 6 - ARMAZÉNS GERAIS, DEPÓSITOS E OFICINAS

PADRÃO BAIXO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 7.000,00

Prédio com um pavimento, estrutura de alvenaria para vencer vãos pequenos, pé direito até 4,00 m, pisos de concreto ou cimentado simples, ausência de fôrro, instalações elétricas e hidráulicas simples e reduzidas, revestimento econômico e simples.

PADRÃO MÉDIO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 23.000,00

Prédios com um ou dois pavimentos, estrutura de concreto, vãos médios, pé direito entre 4,00 e 5,00 m, fôrro simples, instalações hidráulicas completas, acabamento médio.

PADRÃO ALTO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 35.000,00

Prédios com mais de dois pavimentos, estrutura de concreto ou aço para vencer grandes vãos, pé direito igual ou superior a 5,00 m, pisos com materiais de 1ª qualidade, presença de fôrros decorativos, instalações elétricas e hidráulicas de 1ª qualidade, acabamento fino e esmerado.

TIPO 7 - EDIFICAÇÕES ESPECIAIS

Todos os prédios não enquadráveis nos tipos anteriores.

PADRÃO BAIXO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 23.000,00

Prédios com um pavimento, estrutura de alvenaria ou metálica, com ou sem vedação lateral, piso de terra ou cimentado.

PADRÃO MÉDIO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 35.000,00

Prédios com um ou mais pavimentos, estrutura de concreto, vãos médios, pé direito entre 4,00 e 5,00 m, fôrro simples, instalações elétricas e hidráulicas completas, acabamento médio.

PADRÃO ALTO

Valor por metro quadrado.....Cr$ 44.000,00

Prédios com um ou mais pavimentos, estrutura de concreto ou aço para vencer grandes vãos, pé direito igual ou superior a 5,00 m, pisos com materiais de 1ª qualidade, presença de fôrros decorativos, instalações elétricas e hidráulicas de 1ª qualidade, acabamento fino e esmerado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.937, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre nova redação ao Parágrafo 3º, do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.777, de 14 de setembro de 1989."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Parágrafo 3º, acrescido pela Lei Municipal nº 1.844, de 08 de fevereiro de 1990, ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.777, de 14 de setembro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º - O valor do MVR - Maior Valor de Referência, a que se refere a presente lei, é o vigente a 1º de dezembro do ano anterior a que referir o lançamento."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de fevereiro de 1990.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 14 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 14 de dezembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.938, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
13754282.48 - Repasse de Recurso Financeiro a AMUSA-Tremembé-SP.
3.2.1.1 - Transferências Operacionais.....(+)Cr$ 8.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de dezembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.939, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre autorização para contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, pelo regime celetista e por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, os seguintes empregos:

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO
30	AUXILIAR GERAL
10	VIGIAS

ARTIGO 2º - O prazo de contratação inicial será de 90 (noventa) dias, prorrogável, se preciso, uma única vez, por igual período.

ARTIGO 3º - As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de dezembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.940, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

8 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS

8.1.2 SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS

10603252.35 - Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Urbanas. Setor de Serviços Urbanos: Seção de Limpeza Pública.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 6.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de dezembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— CEP 12120 —
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.941, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 12.000.000,00 (DOZE MILHÕES DE CRUZEIROS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

7. ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1.1 SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08421901.08 - Construção de prédio escolar no Bairro dos Guedes.
4.1.1.0 - Obras e Instalações .....(+)Cr$ 12.000.000,00

ARTIGO 2º - O presente crédito será coberto com os recursos a que alude o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de dezembro de 1990.

Júlio Celso Otani
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de dezembro de 1990.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal